



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA
UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MYLLENA LIMA DOS SANTOS
TEREZA CAROLINE COSTA

CUIDADOR E AGRESSOR NA MESMA PESSOA:
A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA OS/AS FILHOS/AS COMO PRETENSA
PRÁTICA EDUCATIVA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO

PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
2024

MYLLENA LIMA DOS SANTOS

TEREZA CAROLINE COSTA

CUIDADOR E AGRESSOR NA MESMA PESSOA:

A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA OS/AS FILHOS/AS COMO PRETENSE
PRÁTICA EDUCATIVA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Psicologia da Unidade
Educativa Palmeira dos Índios do Campus
Arapiraca da Universidade Federal de Alagoas para
a obtenção do título de Formação em Psicologia.

Orientadora: Profa. Ma. Lidiane dos Santos Barbosa.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL

2024



Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Unidade Educacional Palmeira dos Índios
Biblioteca Setorial Palmeira dos Índios - BSPI

S237c Santos, Myllena Lima dos
Cuidador e agressor na mesma pessoa: a violência intrafamiliar contra os/as filhos/as como pretensa prática educativa e suas implicações para o desenvolvimento / Myllena Lima dos Santos; Tereza Caroline Costa. – Palmeira dos Índios, 2024.

90 f. : il.

Orientadora: Profa. Ma. Lidiane dos Santos Barbosa.
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Universidade Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Palmeira dos Índios, 2024.
Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus Arapiraca*).
Referências: f. 87 - 90.

1. Psicologia. 2. Violência familiar. 3. Desenvolvimento infantil. 4. Infância. I. Costa, Tereza Caroline. II. Barbosa, Lidiane dos Santos. III. Título.

CDU 159.9

Myllena Lima dos Santos e Tereza Caroline Costa

Cuidador e Agressor na mesma pessoa: a violência intrafamiliar contra os/as filhos/as como pretensa prática educativa e suas implicações para o desenvolvimento

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL/Unidade Educacional Palmeira dos Índios, como requisito parcial para a obtenção do grau de Formação em Psicologia e aprovado em 10 de maio de 2024.



Documento assinado digitalmente
LIDIANEDOS SANTOS BARBOSA
Data: 05/05/2024 10:02:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Mª. Lidiane dos Santos Barbosa
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Campus Arapiraca - Unidade Educacional Palmeira dos Índios
Orientadora



Documento assinado digitalmente
CAROLINE CAVALCANTI PADILHA MAGALHAES
Data: 05/05/2024 10:53:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Ma. Caroline Cavalcanti Padilha Magalhães
1º Examinadora



Documento assinado digitalmente
JANAILA DOS SANTOS SILVA
Data: 05/05/2024 11:48:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Janaila dos Santos Silva
2º Examinadora

Dedicamos este trabalho de conclusão de curso, respeitosamente, a todas as crianças e aos adultos com infâncias feridas que passaram por nós em nossas experiências de graduação e de estágios.

AGRADECIMENTOS

Myllena Lima dos Santos

Agradeço a Deus, por ter me feito forte e corajosa, mais que qualquer outro, permitindo realizar este sonho de adentrar e concluir o curso de Psicologia. Sou grata por ter este instrumento para que eu possa abençoar outras vidas.

“Não te ordenei eu? Seja forte e corajoso, não se apavore, nem se desanime, pois, o senhor seu Deus estará contigo por onde você andar” (Josué 1:9).

Essa palavra me traz que é preciso CORAGEM para enfrentar as batalhas da vida. Concluir uma graduação exige muito mais que disposição, é preciso força e sabedoria para suportar os dias chuvosos, as noites em claro, as frustrações e mesmo assim manter o bom ânimo para seguir em frente. Acredito que sem fé em Deus nada seria possível.

Às vezes é preciso sentir algumas dores para despertar a verdadeira paixão e o propósito que Deus predestinou em cada um de nós. Deus diz em Jeremias “eu sei os planos que tenho para você”, me lembrando que as lutas ao longo do caminho servem apenas para me preparar para um grande propósito.

O processo é solitário e por vezes doloroso, mas a convicção de que Deus está cuidando de cada detalhe me manteve de pé por todos esses anos, neste momento com o coração cheio de gratidão, dou graças a Deus por ter me permitido realizar este sonho.

A minha Professora e Orientadora da presente monografia, pela paciência ao se dedicar não só nas reuniões, mas também respondendo prontamente aos e-mails e dúvidas tiradas nos corredores da própria UFAL, por ter sido minha supervisora durante os estágios, que foram de extrema importância durante a minha formação.

Aos meus pais, Jadielson e Claudete, por terem me proporcionado as ferramentas necessárias para que chegasse até aqui. Sem a escolha inicial de vocês de terem levado adiante a minha criação esta formação não seria possível.

Aos meus avós maternos (José e Carminha) e paternos (José e Terezinha) por todo amor, apoio e carinho durante esta jornada, lembro-me dos livros que a minha avó (Carminha) parcelou para que eu pudesse estudar para o vestibular, das vezes que estes me incentivaram a me manter firme em busca dos meus sonhos e hoje com uma imensa alegria posso afirmar que “nós conseguimos”.

Gostaria de agradecer às minhas amigas de formação (Andreline, Amanda, Beatriz, Caroline, Júlia e Vanessa) por terem feito da graduação uma experiência incrível, cheia de boas recordações, sem vocês essa conquista não seria tão doce.

AGRADECIMENTOS

Tereza Caroline Costa

As decisões que tomei me levaram até aqui. A decisão de cursar Psicologia na Universidade Federal de Alagoas (Campus Arapiraca) - Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, trouxe uma linha tênue entre desconfortos e alegrias. A dificuldade de chegar até a UFAL todos os dias, as noites mal dormidas, os banhos de chuva, lamas e poeiras não me fizeram desistir. Percorria cerca de 78 km diários, em condições não tão satisfatórias. Em contrapartida, vejo os percalços como catalisadores para a minha trajetória, que de tão custosa, mais dedicação tive que empregar e maior valor isso tem para mim. Como bem disse minha Santa Teresa D'Ávila: “É justo que muito custe o que muito vale”.

Recordo-me, com gratidão e saudosismo, dos deliciosos cafés que Dona Selma e Dona Cida, as quais carinhosamente eu chamava de tia, faziam às 7h da manhã. Elas foram um grande suporte para mim, talvez sem nem perceber. Cada cantinho da UFAL é recheado de memórias afetivas de momentos compartilhados com pessoas especiais.

Direciono minha gratidão primeiramente a Deus, que é e sempre foi meu guia e protetor, e peço sabedoria para desempenhar com ética e eficiência essa nova missão. Dedico meu eterno amor e gratidão aos meus pais (Ariston e Cristina), em especial a minha mãe, que sempre foi a minha base e aconchego. Agradeço também ao meu avô Manoel Serapião (*in memoriam*), por ter sido uma das minhas figuras paternas mais presentes durante os 12 anos em que pude conviver com sua presença. Ao meu avô Carlos Nemésio (*in memoriam*), que sempre me buscava de moto para passar o final de semana e demonstrava muito carinho comigo e com todos os netos. A minha avó Maria Genilza (*in memoriam*), que sempre me orientava e incentivava aos estudos, e uma de suas últimas palavras para mim, num período ainda de vestibular, foi: “não desista”. Com lágrimas nos olhos recordo-me destes momentos e posso dizer: “não desisti, vó”. Para fechar os avós, mas não menos importante, a minha vó Toinha (Antônia Costa) (*in memoriam*), que sempre me acolhia, me aconselhava e mostrava direta e indiretamente o quanto a vida pode ser leve e o quanto a gente pode levar alegria, mesmo diante de desconfortos. As três mulheres da minha vida, foram as mais resilientes que já conheci e as quais admiro profundamente e amo de forma incondicional. Nenhum dos meus avós me alcançou chegar na universidade, mas pela minha fé tenho a convicção de que permaneceram e permanecem ao meu lado durante toda essa caminhada. Enquanto eu respirar, levo-os comigo!

Agradeço também aos meus tios paternos: tio Nem (José Costa), tio Diógenes e tia Fatinha (Fátima), a minha irmã e a todos os primos. A todos os meus familiares maternos, em especial a minha tia/avó Dolores e ao tio Ailton, pelas acolhidas em dias chuvosos e por todo apoio. Agradeço também ao Zé (José Barbosa), meu primo, que nunca mediu esforços para me ajudar nos mínimos detalhes.

Ao meu namorado, Matheus, que me acompanha desde os meus 15 anos de idade quando ainda estava no Ensino Médio. Obrigada por me entender, me apoiar e me ajudar em muitos momentos. Por suportar os meus vácuos noturnos devido ao cansaço ou a estudos. Você é muito importante para mim e para essa trajetória. Te amo!

Dedico minha gratidão também aos meus professores, em especial à professora Danielle Oliveira da Nóbrega e à Fernanda Cristina Nunes Simião, por me fazerem encantar pelo mundo infantil, tanto pelas disciplinas de Psicologia do Desenvolvimento, como pelo Projeto Psico Risos. A professora Maria Augusta Costa dos Santos, por despertar ainda mais a criticidade e por me permitir ser sua monitora. Ao professor Bob (Antonio César de Holanda Santos), pelo seu olhar sensível e gentil de sempre. A professora Cássia de Castro Bezerra, pela sua paciência e comprometimento em disciplinas tão importantes, como a Psicologia Clínica, e por me supervisionar em um dos estágios mais esperados: trabalhando com o público infanto-juvenil em contexto de avaliação/reabilitação. Agradeço também a minha querida professora Lidiane dos Santos Barbosa, que me fez despertar interesse pelas temáticas sócio jurídicas, me supervisionou no estágio básico e muito bem nos orientou na construção deste trabalho. Obrigada a todxs!

Dentre tantos outros nomes que poderia citar, destaco ainda quatro pessoas especiais que fazem parte da minha vida. Lary (Laryssa) e Jojoy (Joice), desde o Ensino Fundamental. Neny (Jhenny) e Lalyinha (Edyrane), desde o cursinho pré-vestibular. Partilhamos muitos perrengues e momentos de alegrias, e mesmo na distância da correria da vida, nada muda. Também não poderia deixar de destacar as minhas tucas do babado forte, minhas companheiras de graduação e que sem elas o processo não seria tão leve assim. Amandinha, Andreline, Bibia, Jaque, Jubs (Júlia), Jujuba (Júlya), Myllena (minha duplinha), Tay e Vanessa, obrigada por serem quem são na minha vida e por toda a partilha durante esses anos: amo vocês!

“Era uma pessoa igual a cem mil outras pessoas. Mas eu fiz dela uma amiga, agora ela é única no mundo” (O Pequeno Príncipe).

Durante estes cinco anos de graduação, minha família ganhou novos e novas mini integrantes a quem tenho grande carinho. Dentre eles, destaco aqui a dádiva de ser presenteada com o título de titia da Maya e de madrinha das minhas duas princesas: Mayara e Antonella. Me fizeram despertar o amor e o cuidado de tia e de madrinha. Criança é benção, luz e alegria para nossas vidas e sou grata pelos peloquinhos (as) que fazem parte da minha vida.

Ademais, somado a todos os outros desafios inerentes a uma graduação, enfrentamos uma pandemia no meio do caminho. Mais um grande motivo para valorizarmos o hoje, celebrar nossas conquistas e agradecer por todos os livramentos, pela saúde, sabedoria e coragem concedidas para vencer esta etapa. Finalizo com gratidão e alegria, com o trecho do Salmo 126, versículo 5: “Aqueles que semeiam em lágrimas, com júbilo ceifarão”.

“[...] No território da infância, fui feliz, pude sonhar.
Recebi amor dos meus, sem ter que me preocupar.
Era um tempo de magia. Sorrio só de lembrar.
Pois quando penso na infância, eu penso em algo sagrado.
Num solo fértil, potente, onde o amor é plantado em proteção,
em futuro, em afeto e em cuidado.
Porém, a realidade para muitos, é diferente.
O direito à infância é negado a muita gente,
prejudicando a criança e também o adolescente.

[...] Proteger nossas crianças é responsabilidade.
Responsabilidade de quem tem um olhar social,
de quem luta para que o mundo seja menos desigual.
Para que a Constituição se cumpra em seu ideal.

[...] Cuidar de nossas crianças é cuidar de nossa nação.
É preservar o presente, para que haja futuro, então.
Que toda criança tenha direitos assegurados.
Que tenha amor, estudos, seus anseios validados.
Possa se desenvolver, sem ter seus sonhos roubados”.

Braúlio Bessa

RESUMO

A violência infantil, sob caráter intrafamiliar, exerce impacto direto no desenvolvimento biopsicossocial dos infantes vitimados, configurando-se como uma complexa problemática social e de saúde pública. O cerne desta pesquisa diz respeito às consequências da violência intrafamiliar contra crianças, considerando as nuances da tríade infância-família-violência como catalisadoras para a investigação e a elaboração deste estudo. Como objetivo geral, buscou-se explicar como o desenvolvimento infantil é impactado pela violência intrafamiliar. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: categorizar as implicações da violência intrafamiliar na infância; relacionar os padrões parentais/comportamentais em contextos violentos e não violentos; e analisar como o desenvolvimento infantil é impactado pela violência intrafamiliar, a partir da produção bibliográfica especializada. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa com viés bibliográfico, qualitativo, descritivo e explicativo. Foi realizada através das plataformas CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), utilizando os termos “maus-tratos infantis” e “desenvolvimento infantil” como descritores. A partir disso, foram selecionados seis artigos científicos revisados por pares, os quais foram analisados com base no método da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011). Como referencial teórico, recorreu-se às compreensões dos autores: Daniel J. Siegel (2015); Tina Payne Bryson (2015) e Telma Abrahão (2022), acerca do desenvolvimento infantil e das intempéries de contextos violentos na infância. Em face dos resultados obtidos, foi possível expandir a compreensão acerca do fenômeno da violência intrafamiliar infantil, entendendo a multiplicidade de fatores e de desdobramentos que podem estar relacionados, o que leva a desencadear prejuízos nos aspectos físicos, sociais e psicológicos a curto, médio e longo prazo. Diante disso, pôde-se refletir acerca da influência dos estilos parentais e dos padrões de comportamento presentes em cada contexto familiar, em que quanto mais coercitivos, maiores as possibilidades de maus tratos e de implicações para a qualidade do desenvolvimento. Por outro lado, ficou evidente a relevância do tipo de suporte e das especificidades da rede de apoio mediante situações de violências e vulnerabilidades.

Palavras-chaves: violência intrafamiliar infantil; desenvolvimento biopsicossocial; psicologia.

ABSTRACT

Child violence, within the family, has a direct impact on the biopsychosocial development of victimized children, configuring itself as a complex social and public health problem. The core of this research concerns the consequences of intra-family violence against children, considering the nuances of the childhood-family-violence triad as catalysts for the investigation and preparation of this study. As a general objective, we sought to explain how child development is impacted by intrafamily violence. To this end, the following specific objectives were established: categorize the implications of intrafamily violence in childhood; relate parental/behavioral patterns in violent and non-violent contexts; and analyze how child development is impacted by intra-family violence, based on specialized bibliographic production. As for methodological aspects, this is research with a bibliographic, qualitative, descriptive and explanatory bias. It was carried out through the CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) and VHL (Virtual Health Library) platforms, using the terms “child abuse” and “child development” as descriptors. From this, six peer-reviewed scientific articles were selected, which were analyzed based on Laurence Bardin's Content Analysis method. As a theoretical reference, we use the understandings of the authors: Daniel J. Siegel (2015), Tina Payne Bryson (2015) and Telma Abrahão (2022), about child development and the adverse effects of violent contexts in childhood. In view of the results obtained, it was possible to expand the understanding of the phenomenon of child intra-family violence, understanding the multiplicity of factors and developments that may be related, which leads to triggering losses in physical, social and psychological aspects in the short, medium and long term. Given this, it was possible to reflect on the influence of parental styles and behavior patterns present in each family context, in which the more coercive, the greater the possibility of mistreatment and implications for the quality of development. On the other hand, the relevance of the type of support and the specificities of the support network in situations of violence and vulnerability was evident.

Keywords: child intrafamily violence; Biopsychosocial development; Psychology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação entre estímulos, neuroplasticidade e resiliência

31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Posturas parentais	36
Quadro 2 - Estilos de apego	42
Quadro 3 - Práticas parentais positivas e negativas	45
Quadro 4 - Resultados das buscas nas bases de dados CAPES e BVS	51
Quadro 5 - Artigos selecionados pela CAPES	52
Quadro 6 - Artigos selecionados pela BVS	55
Quadro 7 - Categorias e subcategorias identificadas nos artigos selecionados	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	INTEMPÉRIES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO ÂMAGO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	21
2.1	<u>Aspectos do desenvolvimento infantil</u>	22
2.2	<u>Violências de caráter intrafamiliar na infância</u>	27
2.3	<u>Implicações da violência intrafamiliar infantil</u>	32
3	CONTEXTOS VIOLENTOS E NÃO VIOLENTOS NA INFÂNCIA: DIVERSIDADE DE ESTILOS PARENTAIS E DE PADRÕES COMPORTAMENTAIS NAS RELAÇÕES INTRAFAMILIARES	36
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS	47
4.1	<u>Desenho da pesquisa e critérios de inclusão</u>	49
4.2	<u>Análise de conteúdo</u>	59
4.3	<u>Diversidade de fatores e sintomas da violência intrafamiliar na infância</u>	60
4.3.1	<i>Implicações Multidimensionais de vivências violentas na infância</i>	61
4.3.2	<i>Influências das redes de apoio para crianças em situação de violência intrafamiliar</i>	65
4.4	<u>Transgeracionalidade da violência infantil em caráter intrafamiliar</u>	68
4.4.1	<i>Ciclo da violência intrafamiliar na infância</i>	69
4.4.2	<i>Naturalização da violência infantil como forma de educar</i>	71
4.4.3	<i>Cuidador e agressor na mesma pessoa: infância, violência e ambivalência</i>	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa diz respeito a um trabalho de conclusão de curso acerca da violência intrafamiliar na infância e suas consequências. O termo intrafamiliar é utilizado por se referir à violência cometida entre membros de uma mesma família, seja com laços de consanguinidade ou mesmo com alguma relação parental de poder, podendo acontecer dentro ou fora de casa. É importante salientar que o aspecto intrafamiliar não se restringe apenas à violência sexual, mas abrange diversos tipos de violências e pode resultar em prejuízos consideráveis para o pleno desenvolvimento do sujeito (Miura *et al.*, 2018).

Sabe-se que, mesmo diante da homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹, datada de 1990, e de políticas públicas voltadas para a proteção infanto-juvenil, milhares de crianças ainda se encontram em condições de violências e negligências. Isto posto, o referido estudo buscou investigar as possíveis consequências advindas de contextos familiares em que se verifica a presença de padrões comportamentais violentos. Neste ínterim, sabendo que “o tema é a primeira e mais geral problematização do assunto” (Tozoni-Reis, 2009, p. 101), há de se considerar as nuances da tríade infância-família-violência como catalisadora para esse estudo.

Respeitando os preceitos da cientificidade acadêmica, sabe-se que o desenvolvimento da pesquisa é fundamentado em torno do alcance de respostas empíricas para determinado problema. Atrelando a isso, Tozoni-Reis (2009, p. 102) descreve que “o problema de pesquisa é a segunda e mais específica problematização do tema escolhido, é uma indagação vigorosa do tema, um aspecto do tema que vale a pena ser revelado, investigado”. Em se tratando do referido estudo, acentua-se como problema central: *quais as consequências da violência intrafamiliar para o desenvolvimento infantil?*

Tendo posto o problema da pesquisa, delimitaram-se os objetivos. Destarte, a referida investigação tem como objetivo geral *explicar como o desenvolvimento infantil é impactado pela violência intrafamiliar*, tendo em vista o atual cenário político-social, em que violências contra crianças ainda acontecem em grande escala. De tal modo, para corroborar com o alcance do objetivo geral, teve-se como objetivos específicos: 1. Categorizar as implicações da violência intrafamiliar na infância; 2. Relacionar os padrões parentais/comportamentais em

¹ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído pela Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990 em vista da regulamentação dos direitos infanto-juvenis com base nos pressupostos da Constituição Federal de 1988, configurando-se como um conjunto de normativas para a proteção integral de crianças e adolescentes.

contextos violentos e não violentos; além de 3. Analisar como o desenvolvimento infantil é impactado pela violência intrafamiliar, a partir da produção bibliográfica especializada.

A despeito da proximidade com o tema, foi despertado maior interesse a partir da experiência em comum decorrida pelo Estágio Básico Curricular, que surgiu em consonância ao Projeto Sobre-Viver, no período de março a dezembro de 2022. O projeto-estágio teve como principal objetivo promover o desenvolvimento de ações que discutissem com as próprias comunidades envolvidas os elementos constitutivos da violência doméstica/intrafamiliar através de grupos terapêuticos ou plantões psicológicos, visando a prevenção da violência e a promoção da saúde mental. O projeto-estágio também foi parte integrante do Programa Viver Melhor, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Prefeitura de Arapiraca, que visou atender as necessidades das comunidades por meio de diversas ações em parceria com as demais Secretarias. Sendo uma demanda já levantada pelo Programa, a violência doméstica/intrafamiliar foi trabalhada a partir das metodologias disponíveis de processos grupais e/ou atendimentos individuais, de acordo com as especificidades apresentadas em cada comunidade.

Sob esse prisma, compreende-se que, no Brasil, independente do espaço geográfico, do território em que se está inserido, presencia-se o aumento das violências e suas variadas sequelas, tipologias e desdobramentos. Em consonância, Correia (2023), com base nos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), fez um levantamento dos casos de violências contra crianças, destacando que, entre os anos de 2011 e 2021, houveram porcentagens de aumento consideráveis, com recorte de faixa etária e gênero:

O total de casos de violência infantil notificados em crianças de 0 a 4 anos de idade foi de (63,5% n=254.980) e (36,5% n=146.577) em crianças de 5 a 9 anos de idade. Com relação ao sexo, para o total de casos notificados no período, houve semelhança na proporção entre meninas (54,3% n=217.747) e meninos (45,7% n=183.311). (Correia, 2023, p. 32)

Diante de altos e crescentes índices, inúmeras implicações biopsicossociais tendem a ser desencadeadas como efeito das violências vividas na infância, podendo a conjuntura familiar impactar positiva ou negativamente no desenvolvimento e no bem-estar dos sujeitos, abrindo leque para se considerar válida, atual e premente a realização desta pesquisa em volta desta temática.

Em vista disso, considera-se que a ideia socialmente construída de que o lar é o local de maior segurança e que confere proteção à criança nem sempre é legítima. A violência doméstica tem uma determinação complexa, sendo consequência da interação entre fatores culturais, sociais e características individuais dos cuidadores e da criança.

Partindo de uma perspectiva sociocultural, além da aceitação da ideia de propriedade da criança pelos pais, vem prevalecendo, ao longo da história, a compreensão do castigo físico como recurso pedagógico. Culturalmente, ainda parece ser aceita a concepção de que os filhos pertencem aos pais e tudo que estes fizerem será incontestavelmente em benefício da criança.

Mesmo considerando as diferenças e singularidades de cada caso, entende-se que toda criança, por não conseguir defender por si mesma seus direitos, apresenta nitidamente desvantagens em relação ao adulto, ou seja, a garantia dos seus direitos à cidadania depende do comportamento dos adultos.

Nesse sentido, a partir dos desdobramentos relacionados à infância, sabe-se que as condições sociais, emocionais e comportamentais de uma criança, não são simplesmente um resultado inexorável de características inatas, mas dependem também de influências do meio social, histórico e cultural a que fazem parte, o que reforça a necessidade de um maior aprofundamento nos estudos sobre a violência contra crianças e suas respectivas consequências.

Outrossim, enquanto relevância social, a investigação minuciosa sobre o tema também é de muita valia para sociedade de modo geral, uma vez que o conhecimento sobre os tipos de violências e suas consequências expandem as possibilidades de prevenção, proteção, assim como a aplicação de medidas legais, passando a ressignificar a forma como as crianças são tratadas no meio familiar e social. Outra considerável relevância desta produção acadêmica se dá pelo fato de fomentar a investigação acerca da violência e de subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas mais eficazes.

Haja vista, conforme destacado no artigo 277² da Constituição Federal e no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever não só da família e da sociedade, mas também do Estado garantir a proteção integral das crianças e dos adolescentes. Dessa forma, na medida em que o Estado passa a tomar para si a responsabilidade sobre as famílias, entra-se em xeque os limites da liberdade de “ser” e da autonomia dos sujeitos em seu ambiente de privacidade/intimidade. Todavia, ao se tratar de indivíduos em condição peculiar de desenvolvimento, Carlos (2016) destaca a supremacia do princípio da prioridade absoluta para crianças e adolescentes, abrindo ressalvas para a liberdade dos adultos em ambiente familiar, quando esta coloca em risco a vida e a saúde dos infantes.

² Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em se tratando de profissionais da psicologia, a necessidade de conhecimento acerca do tema se faz ainda mais indispensável, tendo em vista os próprios preceitos regidos pelo Código de Ética da profissão, apontando para a responsabilidade de promoção de saúde e eliminação de quaisquer tipos de violências. Isto não se resume ao atendimento clínico psicológico, mas na perspectiva de uma clínica ampliada e da quebra de padrões dentro da própria psicologia, reverberando uma atuação capacitada nos mais diversos espaços em que se possa estar lidando com crianças, tornando-se contundente a relevância acadêmica deste trabalho.

Em face das reflexões e dos apontamentos desta pesquisa, utilizou-se os autores: Daniel J. Siegel (2015); Tina Payne Bryson (2015) e Telma Abrahão (2022) como fonte de embasamento e sustentação para o referencial teórico. As discussões desses autores acerca do desenvolvimento humano, da complexidade das interações biológicas-culturais e das relações entre pais e filhos ou entre cuidadores e crianças, puderam respaldar a construção desta escrita sob um viés científico e interdisciplinar.

Para tanto, este estudo foi organizado enquanto uma pesquisa de caráter bibliográfico, qualitativo e, conforme os objetivos estabelecidos. É também uma pesquisa descritiva e explicativa. Para seleção do material de análise, recorreu-se a duas bases de dados com imponente nacional, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e a BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Nas pesquisas, foram utilizados “maus-tratos infantis” e “desenvolvimento infantil” como descritores. A pesquisa inicial foi realizada no dia 06 de fevereiro de 2023 e foram encontrados 58 artigos no total. Após o processo de refinamento e delimitação do material, chegou-se à definição de 6 artigos científicos em português das áreas de Enfermagem, Medicina e Psicologia, os quais foram avaliados com base na Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011). Os resultados desta pesquisa foram estruturados a partir do estabelecimento de 2 categorias de análise, com suas respectivas subcategorias.

Esta pesquisa foi estruturada em 4 capítulos. No primeiro deles, foram abordados alguns conceitos sobre o desenvolvimento humano e algumas especificidades do desenvolvimento infantil, entendendo como relevante a compreensão multidimensional dos sujeitos, de modo a abarcar seus aspectos biopsicossociais e as interligações entre eles. Além disso, buscou-se trazer também como a violência na infância, em caráter intrafamiliar, pode desencadear em complicações e prejuízos para a qualidade de vida dos infantes, a depender do contexto e das experiências vivenciadas.

No terceiro capítulo, foram elencadas algumas considerações sobre família e sociedade. Considerou-se de grande importância a compreensão dos aspectos socioculturais sobre as conjunturas familiares e vice-versa, entendendo-os como entidades co-influentes. Foi apresentado também, diferentes tipos de estilos familiares e suas respectivas implicações para o desenvolvimento infantil. Ainda neste capítulo, foi possível tecer reflexões acerca da naturalização e do ciclo da violência, tornando-se uma característica transgeracional.

No quarto e último capítulo, descreveu-se os procedimentos metodológicos da pesquisa, desde o processo de busca, filtragem e seleção dos artigos, até os próprios resultados encontrados e que foram analisados. Neste capítulo, foram apresentadas as categorias e subcategorias de análise, fazendo correlações entre o material analisado, o referencial teórico e as discussões dos capítulos anteriores.

Por fim, entendeu-se por relevante ponderar nas considerações finais as principais impressões obtidas no decorrer deste percurso de produção acadêmica-científica, tecendo alguns apontamentos referentes à intenção de pesquisa e aos resultados obtidos.

2 INTEMPÉRIES DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NO ÂMAGO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Este capítulo visa discorrer acerca dos desdobramentos da violência intrafamiliar para o desenvolvimento da criança, reconhecendo que enquanto seres humanos temos condicionantes fisiológicos, mas que estão sob constante influência das condições ambientais.

Diante disso, compreende-se que determinadas crenças e costumes foram sendo engessadas e naturalizadas ao longo do tempo, fazendo com que inúmeras crianças sejam submetidas a diversos tipos de maus tratos até os dias atuais. A título de exemplo, cabe destacar a problemática social da Ilha de Marajó, no Estado do Pará, que vem ganhando notoriedade midiática e que sofre com altos índices de violência contra crianças e adolescentes³, em contextos de extrema vulnerabilidade e violação de direitos infantis. Sob esse prisma, Araújo (2022, p. 8) acentua que

No estado do Pará, de janeiro a maio de 2020, no programa de proteção e garantias de direitos PARÁPAZ, registrou-se 834 crianças e adolescentes vítimas de violência (Pará, 2020). Em 2019, em crimes de violência sexual, o estado do Pará registrou 2.607 casos suspeitos ou confirmados de violência sexual contra a população estudada, essa violência sexual se divide entre abuso e exploração sexual.

Não obstante, a associação feita entre violência e contextos de vulnerabilidade social tende a dar maior visibilidade para às violências de crianças em classes mais vulneráveis, inclusive no que diz respeito ao registro do número de denúncias, o que não necessariamente implica dizer que em outras classes sociais esse fenômeno não aconteça. No entanto, o respeito à criança e a garantia de seus direitos enquanto cidadã perpassa por questões que vão além da não utilização de castigos físicos, como é o caso das violências retratadas acima. Muitas vezes são usados castigos velados, mas com alto grau de violência psíquica, em nome da manutenção de determinados preceitos.

Destarte, compreende-se que a violência contra os infantes perpassa por questões estruturais de poder em que se desvaloriza, por exemplo, o papel da mulher e da criança, validando como incontestável a sobreposição do homem sobre a mulher e dos pais sobre a criança, uma vez que de um lado tem-se o homem como o autor da violência e do outro crianças e mulheres como suas vítimas.

³ Araújo (2022) alude que as violências contra crianças e adolescentes, perpetradas na Ilha de Marajó, acontecem tanto em caráter intrafamiliar como em esfera comunitária e institucional, ao tempo em que destaca a presença de outras diversas tipologias, para além da violência e da exploração sexual, como a própria negligência, o abandono e a violência física e psicológica.

Desse modo, sendo a violência intrafamiliar infantil socialmente constituída, é possível considerar que aspectos históricos voltados para o domínio patriarcal e machista acabam sendo entrelaçados no debate, podendo, inclusive, ocupar papel de contribuição para com a prevalência dos maus tratos e, por conseguinte, trazendo prejuízos multidimensionais para o desenvolvimento das vítimas. Contudo, como este não é o foco do presente trabalho, percorremos outro caminho, o qual tem como base os dados estatísticos que mostram cuidadores como agressores, especialmente, as mulheres.

Na sequência, serão apresentadas algumas especificidades inerentes ao desenvolvimento humano, especialmente nos anos iniciais da vida, abordando tanto aspectos neuroanatômicos, como sociais e culturais que impactam a forma como as pessoas vão se constituindo, com destaque para o papel da família nesse processo.

2.1 Aspectos do desenvolvimento infantil

O Desenvolvimento Humano envolve um conjunto de transformações afetivo-emocionais, sociais, físico-motoras e intelectuais, desde a concepção gestacional do bebê até o processo de maturação da idade adulta e de envelhecimento. As contingências do ambiente sócio familiar são determinantes no contexto da qualidade desse desenvolvimento, sendo a infância e suas múltiplas fases um período primordial para a elaboração e a significação da própria existência no mundo, assim como para o desenvolvimento de habilidades que promovam melhorias no âmbito das relações interpessoais que nos são indispensáveis, posto que o homem é um ser social e precisa de outros para sobreviver e evoluir. Em outras palavras, infere-se que “o cérebro é um órgão social feito para estar em relacionamento” (Siegel; Bryson, 2015, p. 175), ou seja, é programado para a integração interpessoal.

Tal qual apontado por Palacios (2007, p. 14), “quando nascemos, nosso cérebro, nosso sistema nervoso e nossos músculos têm um certo nível de desenvolvimento, mas se encontram em um estado evolutivo muito incipiente”, com um processo de aquisição de maturidade de maneira lenta e gradual. Em vista dessa aquisição, típica da evolução humana, cabe destacar a máxima aristotélica de que não há nada que chegue ao intelecto sem antes passar pelos sentidos, demandando indispensavelmente do estabelecimento de interação entre organismo-ambiente, do contato com o outrem e de relações humanas sócio afetivas. Dessa forma,

O sistema cognitivo humano começou a ser concebido em termos de processamento da informação análogos ao funcionamento do computador (entrada de dados por meio dos sentidos, análise desses dados em função de conhecimentos prévios armazenados na memória e de regras para a análise, elaboração de respostas adequadas) (Palacios, 2007, p. 33).

Assim, conforme enfatizado por Abrahão (2022), especialistas em desenvolvimento infantil produziram décadas de pesquisa mostrando que o ambiente proporcionado nos primeiros anos de vida de uma criança pode ter efeitos que irão repercutir durante toda a vida. Nesse sentido,

Os neurocientistas agora podem identificar padrões na atividade cerebral que parecem estar associadas a alguns tipos de experiências negativas durante a infância. Os efeitos de longo prazo do estresse precoce, pobreza, negligência e maus-tratos foram bem documentados e praticamente incontestáveis anos antes que pudéssemos “vê-los” como ferramentas de escaneamento cerebral (Abrahão, 2022, p. 41).

O estabelecimento das primeiras ligações com o ambiente da criança está diretamente relacionado as suas funções fisiológicas como a necessidade de comer e dormir. Abrahão (2022) afirma que nos três primeiros anos, o cérebro de uma criança faz até duas vezes mais ligações neuronais do que fará na vida adulta. Durante a infância, o efeito do ambiente no desenvolvimento da criança não pode ser subestimado, isso inclui o ambiente físico em que ela é criada. Uma vez que o ambiente em que se desenvolve é inseguro e repleto de agressões, certamente que a criança será impactada negativamente com comportamentos ansiosos, inseguros, agressivos ou defensivos. A partir do que a criança vivencia em seu ambiente familiar, será desencadeado uma série de sentimentos que irão relacionar-se diretamente com aprendizagem, serão as percepções e o aprendizado emocional que desenvolvem o repertório comportamental da criança.

No que tange ao desenvolvimento da arquitetura cerebral infantil, destaca-se o grande potencial sinóptico, isto é, de ligação entre os neurônios, quando comparado a outras fases da vida. Desse modo, as experiências de uma criança, principalmente nos anos iniciais, afetam diretamente a qualidade das conexões neuronais em seu sistema nervoso, o que pode resultar em implicações positivas ou negativas, de curto e longo prazo, a depender do contexto. Pode-se dizer, então, que mesmo uma criança que possua uma boa carga genética, pode ter o seu potencial de desenvolvimento, aprendizagem e saúde prejudicados por influência direta do ambiente, mediante situações de maus-tratos, negligências e abandonos, por exemplo.

A partir disso, a construção de relacionamentos humanos emocionalmente saudáveis, principalmente no cerne da díade pais-filhos, está imersa numa necessidade de reeducação frente a padrões enraizados e conflitos na forma como se estabelecem tais relações. Essa

reeducação parte do entendimento da importância dos anos iniciais da vida, com destaque para o fato de que não nascemos prontos e que nosso cérebro tende a apresentar nossa parte mais primitiva em vista de sobrevivência. Isto posto, cabe destacar que

Uma criança não comete erros para atacar seus pais e nem porque é terrível, mas, sim, porque está se desenvolvendo, conhecendo o mundo, construindo repertório de vida, habilidades motoras e cognitivas, aprendendo a lidar com as próprias emoções e, em paralelo a isso, possui um cérebro que ainda é dominado por fortes emoções, como a raiva e a frustração (Abrahão, 2022, p. 37).

Concepções equivocadas sobre o processo de desenvolvimento infantil acabam por contribuir com a utilização de práticas violentas e com a continuidade de modelos parentais violentos entre as famílias. Com um cérebro imaturo e em crescimento, as crianças não são mini adultos⁴ e, portanto, não apresentam aparatos neurocomportamentais para se comunicar e expressar seus sentimentos como um adulto, uma vez que, o cérebro infantil está em fase de desenvolvimento. O pouco repertório de habilidades de comunicação e de regulação emocional faz com que as crianças se comportem como crianças, o que reflete para os adultos a responsabilidade de compreender e estabelecer relações parentais favoráveis ao bem-estar e ao desenvolvimento.

A título de exemplo, cabe ressaltar a ideia erroneamente propagada socialmente de que o amor e cuidado com as crianças são “mimos desnecessários” para o desenvolvimento infantil. Partindo dessa perspectiva, tende-se a adotar uma educação autoritária, que faz com que os pais passem a negligenciar a principal forma de expressão que seus filhos têm para comunicar suas necessidades, que seja, o choro. O bebê, por exemplo, possui necessidades físicas por segurança, proteção e alimento, além de necessidades emocionais por conexão, afeto e pertencimento, usando o choro como uma ferramenta biologicamente programada para garantir a sua sobrevivência, ou seja, expressa suas demandas dentro do que o seu aparato neurofisiológico permite. Como destacado por Abrahão (2022, p. 21):

É algo fortemente enraizado na educação autoritária, a ideia de que precisamos nos proteger e nos defender do quão terrível uma criança pode se tornar se dermos o colo, a segurança e o amor que ela, na verdade, necessita para sobreviver e se desenvolver de forma emocionalmente saudável.

Nesse sentido, outro ponto que se relaciona com a incidência da violência infantil de cunho intrafamiliar é a falta de compreensão de que os pais são os adultos da relação, ou

⁴ Conforme Castro (2010), crianças sempre existiram desde os primeiros registros históricos. Entretanto, por muitas décadas não existia uma consciência social acerca das particularidades da infância como se experencia nos tempos atuais, não havendo distinção entre crianças e adultos, sendo consideradas adultos em miniaturas. Haja vista, a compreensão da infância e a preocupação da sociedade sobre as crianças são concepções que surgiram com a modernidade.

melhor, são os que devem deter a maturidade para a constituição do ambiente familiar e da criação de seus filhos. Ainda assim, a realidade desponta para o fato de que, em muitas famílias, o descontrole emocional dos cuidadores/agressores resulta não só em práticas violentas, como na culpabilização das crianças pela violência que sofre, ou mesmo pelos problemas de seus genitores. Responsabilizar a vítima pelo sofrimento a que é submetida potencializa ainda mais os danos para o desenvolvimento, principalmente na esfera psicológica e emocional. Além de colocar a criança num estado de confusão mental, uma vez que, mesmo sofrendo, ela passa a se entender como vilã, esta culpabilização também dificulta o processo de denúncia e a efetivação das medidas cabíveis, já que a criança passa a ter maior receio em relatar os maus tratos, temendo não só prejudicar seus pais, mas também que venha sofrer futuras punições.

Em consonância, a falta de celeridade no que tange a aplicação de medidas protetivas pode intensificar ainda mais os danos para as crianças, posto que qualquer período de tempo a mais junto de seus agressores pode lhes causar prejuízos irreparáveis. Como apontado por Ferreira, Côrtes e Gontijo (2019, p. 4006), “a morosidade é uma forma de impunidade que pode gerar graves consequências emocionais para a vítima e seus familiares e, nesta demora, a criança pode ser inclusive, revitimizada”. Em uma linha sequencial, pode-se apreender que a culpabilização da criança dificulta o processo de denúncia, que delonga a efetivação de medidas protetivas e acaba por resultar em maiores danos para a vítima.

Os seres humanos nascem intrínsecos a uma cultura, e esta será umas das principais influências no desenvolvimento infantil. Embora ainda haja discordância teórica entre as abordagens sobre o grau de influência da maturação biológica e da aprendizagem com o meio no desenvolvimento, o contexto cultural é o palco das principais transformações e evoluções do bebê humano ao idoso. Pela interação social, é possível aprender e desenvolver novas formas de se comportar no mundo.

Coelho e Pisoni (2012), através da teoria *vygotskiana*, afirmam que o desenvolvimento e a aprendizagem estão inter-relacionados desde o momento do nascimento, o meio físico ou social influenciam no aprendizado das crianças. Logo, a aprendizagem ocorre através das experiências pessoais, concreta e cotidiana em que são caracterizadas por observações, manipulações e vivências diretas da criança. Seguindo essa lógica, uma criança que vivencia em seu cotidiano violência intrafamiliar, aprende a se comportar de maneira mais agressiva. É válido ressaltar que crianças e adolescentes, por estarem em processo de formação física e

psicológica, necessitam de condições que favoreçam esse desenvolvimento, sendo que nesse período eles se encontram ainda mais vulneráveis às influências sociais.

Ao nascer, a criança entra em contato com um mundo socialmente organizado, num determinado tempo histórico, que provoca um “mergulho num mar” de significados que são repassados através da comunidade verbal em que o sujeito está inserido. É diante das relações sociais que se estabelece um progressivo desenvolvimento biopsicossocial e dessa forma o indivíduo se reconhece enquanto parte de uma sociedade. Para se compreender como se dá a construção psíquica dos indivíduos, é necessário revisar o conceito de família, que segundo Hermel e Drehmer (2013, p. 438), pode ser definido como:

Um grupo de pessoas com vínculos afetivos, de consanguinidade ou de convivência que formam um sistema de relações, tendo como uma das funções primordiais apoiar o desenvolvimento de seus membros, promovendo crescimento e independência.

A família possui papel primordial no amadurecimento e no desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos. É no seio familiar que são transmitidos os valores morais e sociais que servirão de base para o processo de socialização da criança, bem como as tradições e os costumes perpetuados através das gerações. É no convívio familiar que o indivíduo cultiva seus primeiros relacionamentos interpessoais com pessoas significativas, estabelecendo trocas emocionais que funcionam como referencial afetivo importante quando a criança atinge a idade adulta e, que são essenciais para a aquisição de condições físicas e mentais centrais para cada etapa do desenvolvimento psicológico.

Assis, Moreira e Fornasier (2021) destacam, então, a teoria bioecológica do psicólogo russo Urie Bronfenbrenner, descrevendo que o desenvolvimento humano deve ser concebido para além de experiências em laboratórios, contextualizando e abrangendo os contextos e as vivências de cada sujeito. Para tanto, Bronfenbrenner considera alguns aspectos nessa abordagem, a começar pelas características idiossincráticas do sujeito em desenvolvimento, a complexidade gradual do estabelecimento de relações, o ambiente a que se está inserido e as influências históricas. A esses aspectos, dá-se o nome de pessoa, processo, contexto e tempo. Dentro do contexto, Bronfenbrenner ainda subdivide em micro, meso, exo e macrosistemas inter-relacionados.

Assis, Moreira e Fornasier (2021) aludem ainda o microsistema como o ambiente imediato em que a criança vive; o mesossistema como conjunto de microsistemas e inter-relações, como família-escola; o exossistema como a influência de eventos em

ambientes diferentes, como do local de trabalho para a família; e o macrosistema como a sociedade de modo geral, com sua multiplicidade de valores socioculturais.

Em um estudo de Carvalho-Barreto, Vidal e Bucher-Maluschke (2004), foi possível enfatizar o caráter dinâmico dos sistemas de Bronfenbrenner, em que mudanças e reconfigurações de sistemas podem acontecer e interferir no desenvolvimento do sujeito. Ao destacar a situação de Anabella, por exemplo, uma criança vítima de diversos tipos de violência no seu microsistema familiar que, quando passa a viver no abrigo do Estado, tem uma mudança em seu sistema, uma vez que o abrigo passa a ser seu microsistema, e a família, o mesossistema.

Sob esse prisma, não é possível falar de família sem considerar o contexto em que se está inserida. Considerada um microsistema, que se encontra inserido em um sistema social de maior amplitude, no qual há influência e sofre influências, a família acompanha as mudanças das esferas social, econômica e cultural, que contribuirão para a constituição da identidade. A boa qualidade das relações entre membros da família e das trocas familiares com o meio social colabora para a saúde mental de seus membros. Neste sentido, a harmonia, a qualidade do relacionamento familiar e a qualidade do relacionamento conjugal, quando faz parte do modelo familiar em questão, são aspectos que exercem influência direta no desenvolvimento dos filhos, podendo influenciar até mesmo no possível aparecimento de déficits e transtornos psico-afetivos nos indivíduos.

Destarte, as conjunturas familiares fazem parte de um macrosistema sociocultural envolto por outras questões que lhes são interseccionais, influenciando diretamente na forma como as famílias vão se constituindo. Como destaca Azevedo e Guerra (2015, p. 276, grifo do autor), “enquanto a família continuar sendo o *locus* privilegiado das desigualdades de *gênero e geração*, ela continuará a ser preeminente em todos os tipos de violência”, despontando não só para o padrão assimétrico de poder do homem sobre a mulher, mas também do adulto para a criança.

2.2 Violências de caráter intrafamiliar na infância

A família é um dos campos mais férteis para as transmissões de ideologias e modos de vida, pois é nela que se configura os primeiros modelos de crenças e valores que o indivíduo adquire, modificando-os ou não, no decorrer de sua vida. De acordo com Souza (2018, p. 33),

A transmissão psíquica, ou transgeracionalidade, é também uma forma de alienação, ou seja, o indivíduo reproduz fortemente tal conteúdo, sem mesmo se perceber

agindo de tal modo. A transgeracionalidade torna os sujeitos espectadores de sua própria vida, vivendo muitas vezes, de forma automática, apenas reproduzindo passos já vividos por outras pessoas, sem conseguir se desvencilhar deste ciclo.

Refletir sobre transgeracionalidade no caso de violência contra a criança é pensar que, nas relações, os indivíduos estão em um constante processo de aprendizado uns com os outros. A criança, por exemplo, vivencia situações no decorrer de suas experiências e, por consequência, tende a perpetuar o ciclo da violência, uma vez que ainda não possui aparatos sociais e comportamentais para lidar com as emoções que são suscitadas, tampouco transformá-las. A transmissão se dá de forma inconsciente, o grupo familiar acaba criando uma cadeia de repetições de atos e comportamentos, o que acaba sendo agravado pela falta de apoio por parte dos órgãos que se configuram como rede de proteção. Seguindo esse raciocínio, faz-se necessário compreender a violência em seu nascimento e desenvolvimento histórico, posto que não ocorre por acaso, também sendo aprendida através da transmissão geracional, uma vez que se apresenta como uma reprodução do modelo de educação que foi recebido dos pais na infância, ou também uma perpetuação do ciclo de violência, e consequentemente como resultado muitas vezes a utilização da violência como método mais usado para a resolução dos conflitos.

Minayo (2006) afirma a dificuldade de conceituar a violência, tendo em vista que esta é um fenômeno da vida que envolve sentimentos e emoções não apenas de quem comete, mas de quem sofre e vivencia a violência. O tema abordado trata especificamente sobre a violência doméstica ou violência intrafamiliar, a qual caracteriza a violência que ocorre dentro do grupo familiar, tendo como causadores os pais biológicos ou adotivos, tios, irmãos, padrastos, madrastas e qualquer ente que a este núcleo pertença.

A violência intrafamiliar contra a criança é uma forma de aprisionar o desejo e as vontades da criança. O adulto, através da coação, e também em muitos casos de um pacto de silêncio facilmente causado pelo vínculo familiar, existente entre abusador e abusado impõe a sua superioridade sobre a criança, que por consequência passa a não possuir direitos nem vontades. É o abuso de poder e privação dos direitos da criança, sua ocorrência difere a classe social, e acarreta muitos danos ao desenvolvimento da criança.

Classifica-se a violência intrafamiliar em negligência, violência física, sexual e psicológica. Embora haja uma classificação das formas de violência contra a criança, não há como elencá-las por gravidade, uma vez que todas são muito graves e perpetuam seus efeitos na vida das crianças.

Day *et al.* (2003) descreve algumas das formas mais comuns de violência intrafamiliar como: **Violência Física:** danos ou lesões por meio da força física, podendo ser utilizado armas ou instrumentos; **Violência Sexual:** toda ação na qual, sob condição de poder, uma pessoa obriga a outra a realização de práticas sexuais, usando força física, influência psicológica e uso de armas ou drogas; **Violência Psicológica:** toda ação ou omissão que possa resultar em prejuízos ou danos à autoestima, identidade ou ao desenvolvimento biopsicossocial do sujeito; **Negligência ou abandono:** ausência de responsabilidade de um ou mais membros da família em relação a outro, sobretudo aqueles que necessitam de cuidados, atenção ou orientação, em função da idade ou determinada condição física, permanente ou temporária.

A violência intrafamiliar se configura como um problema social grave que sempre existiu e que foi aceito pela sociedade durante séculos, como forma de educar e repassar valores sociais. Sua recorrência naturaliza padrões violentos de comportamentos familiares que passam de geração em geração e, apesar de ser comumente nomeada como violência doméstica, ela não se restringe apenas ao espaço físico residencial, mas ao fato de ser perpetrada por membros da família, ou mesmo por pessoas que assumam alguma posição parental de poder, ainda que sem laço de consanguinidade, ou seja, pode acontecer dentro ou fora de casa. Devido ao seu impacto nas condições de vida e de bem-estar, a violência intrafamiliar se apresenta como uma questão de saúde pública, especialmente quando ocorre durante a infância, antes do completo crescimento e desenvolvimento humano.

Ao longo da história, a infância foi entendida de diversas formas, de acordo com o contexto cultural de cada época. Prolongado foi o percurso em que na legislação não haviam preceitos para proteger a criança como um sujeito em vulnerabilidade. De maneira geral, as crianças eram reconhecidas como pequenos adultos, as características próprias de seu desenvolvimento não eram consideradas, participando das mesmas atividades dos adultos sem distinção alguma.

Conforme Libardi (2016, p. 52):

A ideia de proteção foi sendo produzida no Brasil a partir de marcadores de raça e classe que caracterizavam historicamente as infâncias que mais sofrem violações de direitos no país: as infâncias marginalizadas, vividas pelas crianças negras e pobres. Apesar dos ganhos em se tentar resguardar essas crianças e promovê-las ao status de sujeitos de direitos, a proteção regulamentada no país não foi associada também a práticas cotidianas de cuidado com todas as crianças e ainda apresenta dificuldade de se concretizar para toda a geração da infância.

Atualmente, inúmeras medidas de proteção são instituídas a fim de assegurar-lhe direitos e garantir o seu devido desenvolvimento. No Brasil, crianças e adolescentes foram considerados indivíduos com direitos a partir da promulgação da Constituição Federal de

1988, em que a defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes é legalmente amparada. Em seu contexto, a lei prevê e pune a violência intrafamiliar indicando as medidas que deverão ser adotadas para a reestruturação da criança vitimizada, bem como as que deverão ser aplicadas aos seus abusadores.

Mesmo com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em vista da proteção integral do público infanto-juvenil, ainda é possível se constatar inúmeras violações de direitos e impunidades, o que escancara ainda mais o quanto que agressões contra crianças estão intrínsecas ao meio social e aos primórdios culturais que tendem a validar essas práticas não só como naturais, mas como indispensáveis para a formação do caráter e da personalidade dos sujeitos.

A instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente permite compreender o cuidado que a sociedade como um todo deve ter com as crianças. Ter conhecimento da dimensão e consequências que a violência tem no desenvolvimento e na vida da criança faz parte não apenas de reconhecer a criança como um ser de direitos importante para o devido andamento do meio social, mas analisar a forma e aplicabilidade da lei no cotidiano social.

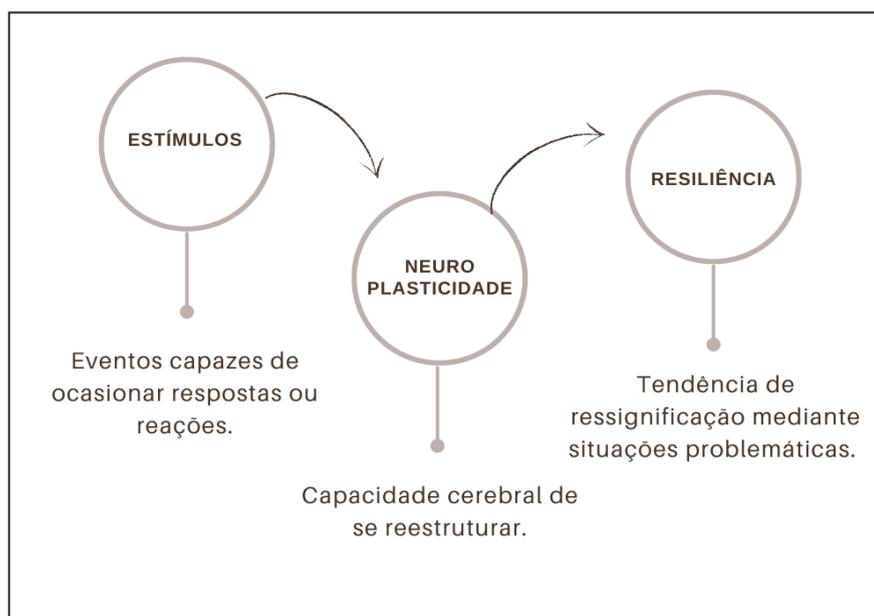
Para a criança, a família é o contexto de maior intimidade e segurança, da qual ela possivelmente irá extrair seus referenciais para a vida adulta. O vínculo e as experiências no ambiente doméstico constituem o principal modelo de imitação no processo de aprendizagem da criança que, em face de comportamentos violentos, tende a repeti-los em situações vindouras. Como destacado por Abrahão (2022, p. 69), “crianças pequenas observam o ambiente onde vivem e guardam o modelo aprendido com seus pais, e, como resultado, passam a apresentar os mesmos comportamentos e crenças que eles”, fazendo com que haja o estabelecimento de um ciclo geracional de violência e a repetição de padrões violentos nas relações que venham a estabelecer ao longo da vida.

As consequências da violência doméstica na infância, todavia, não devem ser naturalizadas, tampouco generalizadas. Isso porque, a frequência, a intensidade, os tipos de agressões e as redes de apoio diferem de contexto para contexto e corroboram para com as idiosincrasias no desenvolvimento de cada criança. Desse modo, apesar de se compreender os inúmeros e severos impactos da violência intrafamiliar, não se deve entender como regra que eles aparecerão iguais e/ou em todos os casos. Algumas crianças, por exemplo, conseguem encontrar caminhos de reconstrução de suas vidas devido justamente a “[...] capacidade do ser humano responder de forma positiva às demandas da vida cotidiana, apesar das adversidades que enfrenta ao longo de seu desenvolvimento” (Silva; Elsen;

Lacharité, 2003, p. 147), isto é, devido a capacidade de resiliência que lhe foi apreendida no decorrer de suas experiências de vida.

Para o desenvolvimento dessa resiliência, os estímulos e as intervenções de apoio a que a criança teve acesso são alguns fatores determinantes. Somado a isso, o potencial da neuroplasticidade cerebral, que se refere justamente à alta capacidade adaptativa e de transformação que nosso cérebro possui, também se configura como contribuinte neste processo. Sob esse viés, Siegel e Bryson (2015, p. 145) afirmam que “[...] o cérebro é plástico, ou seja, modifica-se com base no que vivenciamos e no que focamos nossa atenção”. Esse teor adaptativo do cérebro se dá justamente pela sua capacidade metamórfica e é diretamente influenciado pela qualidade dos estímulos e das interações que são estabelecidas na infância, de maneira que se passa a ter uma condicionalidade entre estímulos, neuroplasticidade e resiliência.

Figura 1 - Relação entre estímulos, neuroplasticidade e resiliência



Fonte: elaborado pelas autoras

Por muito tempo, a violência infantil foi praticada e instituída sem qualquer sanção, uma vez que nas relações familiares, o pai tinha poderes de vida ou morte sobre seus filhos, onde bater era extremamente frequente e tratava-se de uma resposta punitiva para travessuras, choros, rebeldia e desatenção na escola, por exemplo. Contudo, a punição corporal nem sempre despertou na vítima os sentimentos de injustiça e raiva, pois, através de dispositivos sociais e culturais, a violência física era consagrada como uma prática tradicional com firme convicção de seu caráter pedagógico. Para tanto,

A transformação de uma cultura violenta em uma cultura pacífica começa com a transformação do indivíduo, que, como bebê/criança, é colocado em um caminho de vida de aceitação e não de rejeição, de amor em vez de ódio, de paz e não de violência. Essa transformação do indivíduo requer a construção de um novo modelo cultural, que incorpore e expresse naturalmente compaixão, amor e felicidade, começando dentro das famílias (Abrahão, 2022, p. 36).

Muitas famílias ainda acreditam que para educar uma criança é necessário usar a punição física a cada erro cometido, desconsiderando as limitações do processo de desenvolvimento infantil e a importância dos erros enquanto parte do processo de aprendizado. Não há como definir ao certo a causa e ocorrência da violência dentro do grupo familiar, tendo em vista que pode ser influenciada não apenas pelas características de cada membro, como também a estrutura familiar. A criança é vítima não apenas quando sofre a violência diretamente, mas a cada instante que a vivência. O causador na maioria das vezes possui convívio familiar, a família falha, falha em seu aspecto funcional, ao não atingir seus objetivos, de proteger, educar e prover as melhores condições à criança.

2.3 Implicações da violência intrafamiliar contra a criança

A experiência de violência vivenciada na família de origem impacta na vida do indivíduo não apenas em suas relações afetivas, como modelo de relacionamento amoroso, mas também em outros contextos, legitimando a violência como estratégia de resolução de conflitos nas mais diversas situações, visto que esse repertório comportamental foi aprendido pelo sujeito durante o seu desenvolvimento.

Com isso, é de extrema importância um olhar direcionado ao sujeito a partir do histórico que recebeu das gerações anteriores e compreender a repercussão das questões vinculadas à transgeracionalidade. Falar de um contexto amplo como o da violência intrafamiliar gera uma série de discussões em torno do tema, pois em situações como essa, não é apenas a pessoa agredida que sofre, mas todos os membros da família que convivem, direta ou indiretamente, com a violência.

Com efeito, a qualidade do ambiente a que se está inserido e a forma como se é tratado na infância pode desencadear implicações contínuas e de longo prazo para o funcionamento do corpo. A partir de tal pressuposto, a vivência em contextos violentos pode predispor riscos para a integridade física e mental das crianças, assim como possibilitar o aparecimento de alterações comportamentais desfavoráveis ao desenvolvimento. Os efeitos nocivos de muito estresse experienciados na infância e a exposição prolongada a abusos, negligências ou a ambientes que não transmitem segurança, de acordo com o que foi apontado até agora,

certamente poderão resultar na presença de comportamentos defensivos, ansiosos e/ou inseguros por toda a vida.

Quanto mais precoce começam a ocorrer os abusos, piores são os efeitos, isto porque, a criança, principalmente nos anos iniciais da vida, encontra-se em processo singular de reconhecimento da própria existência e do próprio corpo no mundo, podendo apresentar dificuldade para entender e/ou compartilhar suas experiências, por mais desconfortáveis que sejam.

Nesse sentido, Abrahão (2022) enfatiza justamente que crianças pequenas não possuem habilidades de comunicação desenvolvidas o suficiente para compreender ou verbalizar o que sentem, sendo responsabilidade dos pais orientá-las com relação às suas emoções e as formas de como expressar seus sentimentos enquanto seu cérebro imaturo amadurece. Dessa forma,

O bem-estar emocional das crianças está diretamente ligado ao funcionamento de seus cuidadores e ao ambiente em que vivem. Quando esses relacionamentos são abusivos, ameaçadores, cronicamente negligentes ou psicologicamente prejudiciais, são um potente fator de risco para o desenvolvimento de problemas de saúde mental precoce ou em um futuro breve (Abrahão, 2022, p. 77).

Em contraste, Abrahão (2022) ressalta que quando os relacionamentos parentais são confiáveis e responsivos, podem realmente proteger às crianças dos efeitos contrários de outros momentos estressores que vivenciam ou possam ter vivenciado. Além disso, Abrahão (2022) ainda aponta que toda criança que sofre violência nos primeiros anos de vida pode ter o seu desenvolvimento cerebral comprometido, visto que o cérebro humano é um órgão social construído nas relações sociais, a maior parte das conexões neuronais que é formado nele depende da experiência tida nos anos iniciais de vida. Após um longo período vivenciando ou presenciando a violência, a criança terá seu sistema imunológico e nervoso afetado, o que resulta em inaptidões sociais e cognitivas. A maioria das crianças vítimas de violência apresenta problemas sociais e baixa autoestima, o que gera descuido com o próprio corpo, e a longo prazo traz prejuízos no que se refere ao desempenho no trabalho e em relacionamentos interpessoais.

Crianças educadas na base do medo vivem em estado de alerta e estresse. O medo ativa a parte primitiva do cérebro humano, colocando a criança vítima de violência em um estado de alerta constante, que envia um aviso de perigo para o seu corpo. Diante disso, Siegel e Bryson (2015) destacam que o sistema nervoso se encontra reativo e se prepara para lutar-fugir-paralisar. Suas pupilas se dilatam, seu coração acelera, aumentando a quantidade

de açúcar na corrente sanguínea, deslocando o sangue de suas vísceras para a extremidade do seu corpo, para que consiga ter força suficiente para lutar ou correr.

Neuroquimicamente falando, entende-se que nesse processo há uma ativação maior no cérebro da criança de uma área chamada de amígdala, que segundo Siegel e Bryson (2015), é responsável pelo processamento e pela expressão de emoções de forma rápida, com enfoque justamente para a raiva e o medo, de modo a manter-se sempre alerta em momentos que possa se sentir ameaçada.

Muitos pais e cuidadores são a fonte de medo dos seus filhos, impossível não haver danos físicos e emocionais, e esse sofrimento é comunicado aos pais através do choro ou apresentando dificuldades de foco e aprendizado, problemas para dormir e para se relacionar. São crianças em extremo estado de vulnerabilidade, no qual precisam se defender de quem elas esperavam amor, cuidado, proteção, segurança e um direcionamento empático.

A infância é a base da vida, e muitos estudos científicos já nos mostraram que adversidades vividas nessa época impactam a formação, o desenvolvimento e a arquitetura do cérebro humano. Então, como adultos e seres maduros, pais, cuidadores ou profissionais da infância, temos o dever de entender como nossas atitudes interferem no desenvolvimento infantil, pois são as crianças os futuros adultos de nossa sociedade. Não existe mudança no mundo se a mudança não começar dentro de casa, nas famílias (Abrahão, 2022, p. 38-39).

O uso de castigos, ameaças, brigas e gritos despontam para a presença de medo, estresse, estado de alerta e hipervigilância constante, impactando diretamente na qualidade do sono e do apetite, o que também compromete significativamente o comportamento e o processo de ensino-aprendizagem dessas crianças. Em consonância, a presença de repertórios violentos e intimidadores é naturalizada e justificada sócio historicamente como um direito dos pais ou responsáveis para disciplinar e educar as crianças. Contudo, “uma criança que deixa de fazer algo porque apanhou não é uma criança que aprendeu algo; é uma criança com medo, assustada” (Sena; Mortensen, 2014, p. 24).

Cabe destacar, ainda, a tendência social de subestimar as consequências advindas da violência intrafamiliar na infância, perpetuando a concepção equivocada de que as implicações desaparecem ao longo da vida. Contudo, para além dos danos imediatos, alguns impactos podem ser manifestados mais tardiamente, como a incidência de transtornos psiquiátricos, dificuldades para resolução de conflitos interpessoais e dissociações afetivas, de modo a comprometer o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas e da saúde biopsicossocial.

Isso porque, conforme apontado por Siegel e Bryson (2015), nossas memórias moldam nossas percepções atuais, fazendo com que experiências anteriores, a partir de associações no

cérebro pela ligação de diferentes neurônios, passem a influenciar a forma como compreendemos o que vemos ou sentimos. Dessa forma, eventos negativos na infância podem permanecer na nossa memória implícita ou explícita e desencadear complicações no futuro.

Conforme Dias (2013), para uma criança sua casa é o local mais seguro e acolhedor. Entretanto, para crianças que são agredidas neste local se expõe a uma situação de grande desamparo. O fato de conviver com seu agressor e enfrentar o pacto do silêncio, os estilos parentais disfuncionais ou mesmo a rede de apoio ineficazes, podem ser considerados fatores de risco para a criança e podem apresentar consequências extremamente prejudiciais ao seu desempenho escolar, no desenvolvimento e nas relações sociais a curto e em longo prazo.

A criança vítima de violência perde a confiança nos outros e desencadeia uma série de problemas que fazem com que na vida adulta ela tenha dificuldade para ser bem-sucedida, uma vez que o convívio social exige um nível maior de adaptação. Vale ressaltar que um dos maiores agravantes da violência intrafamiliar é o fato do agressor ser alguém tão próximo emocionalmente da criança, gerando assim o sentimento de desamparo, já que quem deveria estar protegendo não o faz, mas também a falta de confiança consigo mesma gerada pela culpa de não conseguir controlar determinadas situações.

Dessa maneira, Dias (2013) descreve algumas das consequências que podem surgir em curto prazo, como: pesadelos, raiva, culpa, vergonha, medo, quadros fóbico-ansiosos e depressivos agudos, além de isolamento social. Os danos a longo prazo também podem ocorrer e dão-se por: aumento na incidência de transtornos psiquiátricos, dissociação afetiva, pensamentos invasivos, ideação suicida, fobias mais agudas, cognição distorcida, tais como sensação de perigo e confusão, pensamento ilógico, dificuldade de resolver problemas interpessoais, entre outros aspectos que acompanham o histórico particular de cada sujeito.

A seguir, tendo em vista a influência da estrutura familiar para a qualidade do desenvolvimento da criança, será disposto no próximo capítulo algumas percepções acerca de diferentes formas de posturas parentais e as possíveis consequências advindas de tais modelos familiares.

3 CONTEXTOS VIOLENTOS E NÃO VIOLENTOS NA INFÂNCIA: DIVERSIDADE DE ESTILOS PARENTAIS E DE PADRÕES COMPORTAMENTAIS NAS RELAÇÕES INTRAFAMILIARES

As estruturas hierárquicas das relações parentais de poder podem variar a depender de aspectos socioculturais, o que reflete em diferentes contextos familiares e com diferentes padrões comportamentais de como educar, uma vez que que “a família tem uma dinâmica que espelha microscopicamente o mundo social” (Mantovani, 2009, p. 82).

Sendo assim, os estilos parentais, ou seja, a forma como os integrantes de uma conjuntura familiar se relacionam, espelham e são espelhados pelo mundo social ao qual estão inseridos. A forma de se relacionar tende a impactar diretamente na qualidade de vida dos sujeitos desde a infância, podendo resultar em contribuições positivas ou negativas para o desenvolvimento.

Nesta perspectiva, Mantovani (2009, p. 34) destaca três posturas parentais:

Quadro 1 - Posturas parentais

PAIS REPRESSORES	Proíbem tudo e desencorajam a independência.
PAIS PERMISSIVOS	Suas regras não são claras e justificam os erros dos filhos sempre colocando a culpa nos outros.
PAIS RESPEITÁVEIS	São claros nas regras e condutas, criando consequências para os comportamentos dos filhos por meio do diálogo.

Fonte: Adaptado de Mantovani (2009)

Haja vista, como apontado por Rosenberg (2019, p. 26), “[...] recebemos do nosso entorno muito mais reforço positivo para agir de forma punitiva e julgadora do que de maneira respeitosa com nossos filhos”, já que “as repressões emocional e física vêm sendo transmitidas de geração em geração” (Eigenmann, 2022, p. 37).

Em contrapartida, na busca pelo equilíbrio entre não reprimir e educar, muitas famílias acabam adotando uma postura de permissividade, sem estabelecer limites quanto às decisões e a autonomia que podem ser atribuídas às crianças de acordo com as suas capacidades cognitivas e emocionais, isto é, “[...] os pais imaginam que o contrário da punição é aquele

tipo de permissividade na qual nada fazemos quando as crianças se comportam de maneira divergente aos valores dos pais” (Rosenberg, 2019, p. 17).

Sob esse prisma, Santos (2022, p. 28) apresenta justamente a perspectiva de que assim como o autoritarismo é emocionalmente inapropriado, “a permissividade produz crianças pouco resilientes e incapazes de lidar com as frustrações que inevitavelmente acontecerão ao longo da vida”.

De tal maneira, cada uma das posturas supracitadas tende a desencadear a constituição de sujeitos diferentes, interferindo diretamente na formação da personalidade e na saúde física, psíquica e emocional. Desse modo, tanto em contexto repressor quanto em contexto de permissividade se verifica cenários de violência no que tange ao desenvolvimento biopsicossocial na infância e para toda a vida.

Quanto mais repressão o sistema familiar apresentar, maiores as chances de que as crianças envolvidas se tornem dependentes e inseguras, podendo, inclusive, reproduzir essas características nas demais relações que venham estabelecer. Quanto mais permissividade, maior tendência a comportamentos irresponsáveis. Destarte, o ponto de partida para se chegar a uma educação respeitosa está na busca pelo conhecimento, sobre nós mesmos e sobre a infância, já que “muitas vezes, o desrespeito ocorre porque temos expectativas desajustadas sobre o comportamento infantil” (Eigenmann, 2022, p. 141).

Neste íterim, compreende-se que, a depender do padrão comportamental de parentalidade, a criança tende a ser exposta a eventos aversivos, destacados por Eigenmann (2022) como *Adverse Childhood Experiences* (ACEs), ou seja, a Experiências Adversas na Infância. As ACEs se configuram como fortes indicadores de risco para o desenvolvimento de transtornos físicos e mentais, abarcando múltiplos tipos de abuso, negligência, violência entre pais e/ou cuidadores; e outros tipos de disfunções do ambiente familiar, como o uso de álcool e outras substâncias (Marguilho, 2017). Em consonância,

Quando alguém está sujeito a mais de quatro ACEs durante a infância, a probabilidade de essa pessoa passar a abusar de substância que causam dependência aumenta em onze vezes, a de contrair uma doença pulmonar e de fumar pode aumentar em três vezes; além disso, é quatorze vezes maior a probabilidade de cometer suicídio e também 4,5 vezes maior a possibilidade de desenvolver depressão (Eigenmann, 2022, p. 137-138).

Além de outros diversos exemplos de situações conflituosas que podem acontecer, “negligenciar as emoções de uma criança também é uma situação adversa na infância e uma violência contra ela” (Eigenmann, 2022, p. 140), considerando justamente que “os

sentimentos das crianças interferem diretamente no comportamento e na saúde física e mental delas” (Santos, 2022, p. 54).

Como destacado por Santos (2022, p. 48), “todos os sentimentos são aceitos; não existe sentimento bom ou ruim, sentimento proibido ou permitido”. Dessa forma, faz-se imprescindível acolher e nomear aquilo que a criança está expressando, ao invés de negligenciar ou reprimir, levando em consideração os limites maturacionais do desenvolvimento cerebral infantil, como já disposto no decorrer desta escrita.

Nesse sentido, enquanto adultos da relação, é perceptível que “falta inteligência emocional para reconhecermos e lidarmos com as nossas limitações, sentimentos e necessidades antes de lidarmos com as dos nossos filhos” (Santos, 2022, p. 15). Com efeito,

Bater em crianças é considerado normal na cultura brasileira, norte-americana e em outros países. Em nenhuma outra relação os castigos físicos são permitidos. Somente na relação em que a desigualdade emocional e física é mais gritante é que as agressões são travestidas de método educativo. São incentivadas e estimuladas. Não existe criança que precisa apanhar, por mais terrível que pareça o seu comportamento. O ato de bater diz mais sobre a falta de habilidade de lidar com as emoções de quem bate que sobre a necessidade de ser corrigido de quem apanha (Santos, 2022, p. 117).

Para Santos (2022, p. 18), “tradicionalmente, a relação de pais e filhos é baseada em poder e controle”. Para tanto, o uso de ameaças e castigos tende a ser o viés predominantemente utilizado para se alcançar a obediência e o controle parental. Em ambientes familiares cuja educação preza pela não violência, a obediência e o controle não são necessariamente o foco principal justamente por trazer efeitos que podem ser nocivos, uma vez que a curto e a longo prazo,

A obediência não estimula a responsabilidade. Não expande o senso crítico e a autonomia. Seres obedientes dependem de alguém que lhes diga o que é certo e bom e usam o “fiz o que o chefe mandou” como justificativa para atos que podem inclusive ferir a sua ética e seus valores. O conceito de “obediência” traz consigo impotência (Santos, 2022, p. 18).

Macarini (2010) aponta para alguns dos principais pesquisadores voltados para os estudos dos conjuntos de comportamentos ou práticas parentais presentes nas relações familiares, como o exemplo de Baumrind (1966) e Hoffman (1975). Baumrind destaca três modelos de estilos parentais, que seja: “[...] o autoritário – com maior controle, regras impostas e pouco apoio à criança; o permissivo – com pouco controle, poucas exigências e apoio forte; e o autoritativo – em que há controle e apoio, com regras fixas e incentivo à autonomia” (1966 *apud* Macarini, 2010, p. 120). Hoffman, por sua vez, estabeleceu duas categorias: “[...] as indutivas, que sinalizam à criança a consequência de seus atos, levando-a à

reflexão, e as coercitivas, que incluem atitudes disciplinares que envolvem força, punição física, e privações” (1975 *apud* Macarini, 2010, p. 120).

De maneira análoga, pode-se dizer que o estilo autoritário de Baumrind se assemelha ao modelo coercitivo de Hoffman na medida em que se configuram como algumas das práticas violentas de educar e se relacionar. Em decorrência, estudos apontam para a possibilidade de que:

[...] os filhos de pais autoritários sejam obedientes, mas com maiores níveis de ansiedade, mostrando-se inseguros e infelizes, com baixa autoestima e com um índice elevado de depressão. Aos filhos de pais negligentes cabem as maiores fragilidades do ponto de vista psicológico, emocional e social (Silva; Mónico, 2021, p. 30).

Ademais, é evidente que Baumrind (1967 *apud* Cardoso; Veríssimo, 2013) teve uma grande relevância para os estudos em torno da influência dos pais no desenvolvimento infantil, com a sua proposta dos três estilos parentais supracitados. Em sua definição, a autora coloca que os pais, com um estilo autoritário, apresentam valores reduzidos de afetividade e elevados níveis de controle e restritividade, exercendo assim um controle psicológico rígido, desencorajam a independência e individualidade da criança e as trocas verbais entre eles são inexistentes. Tentam influenciar, controlar e avaliar o comportamento e atitudes dos filhos de acordo com os seus valores absolutos, dão valor à obediência e favorecem a punição, e tentam inculcar à criança valores tradicionais como o respeito pela autoridade, o trabalho, tradição e preservação da ordem.

Haja vista, pais que possuem um modelo educativo autoritário, com níveis elevados de exigência, tendem a ter um controle maior sobre seus filhos, no entanto a ausência de afetividade no vínculo familiar pode acarretar sintomas disfuncionais para a formação do indivíduo e sua percepção de mundo. Dessa forma,

Um estilo de criação autoritário, em que a criança é disciplinada em excesso, no sentido autoritário do termo, quando é sempre criticada e comandada, pode estar modificando seu sistema cerebral de resposta ao estresse. Isso pode levar seus sistemas cerebrais de raiva e medo à hipersensibilização. Esse tipo de criação autoritária também ensina uma relação de submissão/dominação e, mais tarde, a criança assim criada poderá inverter os papéis, passando de submissa a dominadora em outras relações que tenham a forma de *bullying*. Esse risco é possivelmente considerável quando as palmadas fazem parte da educação (Sena; Mortensen, 2014, p. 68-69, grifo do autor).

Em um modelo autoritativo, ou autorizante, o estilo ideal para Baumrind, os pais exercem um controle firme e são afetuosos, calorosos e responsivos às necessidades das crianças. Encorajam a comunicação aberta e as trocas verbais entre si e os seus filhos, e promovem a sua autonomia e individualidade. Partilham as razões das decisões tomadas,

reconhecem os seus direitos e os direitos da criança, tentam orientar as suas atividades de modo racional e têm uma atitude de confronto face às divergências, sem exagerar nas restrições. Afirmam os seus valores de modo claro, esperando das crianças que cumpram as normas que lhes dizem respeito e partilham com elas as razões das decisões. Estes pais têm níveis elevados de exigência, mas também de afetividade e promovem um ambiente intelectualmente estimulante para os seus filhos.

Os pais autorizantes estão demasiadamente comprometidos e investem bastante na educação dos seus filhos. Baumrind sugere que este estilo aumenta a eficácia da parentalidade, alterando as características das crianças que, por sua vez, fortalecem as capacidades dos pais como agentes de socialização (1967 *apud* Cardoso; Veríssimo, 2013, p. 394).

Já os pais com um estilo permissivo têm uma atitude tolerante e de aceitação face aos impulsos, desejos e ações da criança e evitam tomar posições de autoridade e impor controle ou restrições aos seus filhos. São pais pouco punitivos, permitem às crianças regular o seu próprio comportamento e tomar as suas próprias decisões sempre que possível, e exigem poucas regras de rotina. Tanto os pais com um estilo permissivo como os pais com um estilo autoritário fazem poucas exigências de maturidade e comunicam de modo ineficaz (Baumrind, 1967 *apud* Cardoso; Veríssimo, 2013).

Segundo Baumrind (1967 *apud* Cardoso; Veríssimo, 2013), o estilo permissivo e o autoritário não contribuem para o desenvolvimento infantil de forma saudável, visto que não possui uma comunicação assertiva ou respeitosa. Em contrapartida, a autora supracitada sugere que o estilo autoritativo tende a apresentar maior eficácia na educação familiar, uma vez que concilia bem a disciplina e o afeto. Com isso, é possível destacar que a instabilidade que rodeia o infante em um ambiente contaminado por violência e estilos parentais autoritários é o que desequilibra o mundo da criança. Em consonância, Mortensen e Sena (2014, p. 73) apontam que

Quem bate em um filho, dizendo que foi por amor, está ensinando a ele que é perfeitamente possível apanhar e, ainda assim, amar. E esse pode ser um dos reforçadores da violência doméstica futura ou da criação de laços amorosos doentios, baseados na violência.

Diante do exposto, como forma alternativa a esses modelos mais repressores, outros padrões parentais passam a ser difundidos e utilizados a depender de cada contexto familiar e cultural, mas ainda assim há de se ter um cuidado sobre os efeitos e os significados de

algumas práticas, de modo a não extremar, minimizar, tampouco se adotar violências veladas. Como dito por Eigenmann (2022, p. 71),

Respeitar uma criança é não praticar violência contra ela. O problema é que ainda relativizam muito a violência. Alguns adultos dizem que palmadas não são a mesma coisa que espancamento, e a verdade é que ambos são, sim, abusos físicos. Acharmos que deixar uma criança sozinha, sentada em uma cadeirinha em algum canto da sala para pensar é razoável, afinal não estamos batendo. Mas a criança, ao ser colocada sozinha para ter que lidar com a tempestade emocional que está sentindo, está sendo desamparada por seus adultos cuidadores, e isso também é violência.

Não obstante, apesar de existir a influência de outras variáveis sobre a vida e o bem-estar infantil, como a escola e o próprio contexto social de modo geral, compreende-se que, “de facto, o desenvolvimento social e afetivo de uma criança é condicionado fortemente pela educação parental” (Silva; Mónico, 2021, p. 30), de forma que a qualidade das relações familiares na infância pode ser determinante, positiva ou negativamente, para os aspectos evolutivos do sujeito.

À vista disso, cabe destacar a perspectiva do apego, ou seja, da forma como se constrói e se estabelece conexão emocional com outras pessoas, o que pode definir e/ou alterar consideravelmente a forma como as pessoas se relacionam. Nesse entendimento, John Bowlby, médico e psicanalista inglês, pioneiro da teoria do apego, dedicou-se a entender como os seres humanos se vinculam, considerando a importância dessa vinculação que garantiu a sobrevivência da espécie humana, uma vez que o sistema biológico foi projetado evolutivamente para buscar proximidade em vista de proteção e amparo emocional.

Assim sendo, mediante a multiplicidade sociocultural e as idiosincrasias de cada sujeito, é cabível também a presença de múltiplas formas ou tipos de apego, definidos como: apego seguro, apego inseguro-esquivo, apego inseguro-ambivalente e apego inseguro-desorganizado, conforme acentuado por Siegel e Hartzell (2020):

Quadro 2 - Estilos de apego

APEGO SEGURO	“Os apegos são seguros quando as crianças têm comunicação contingente consistente e emocionalmente sintonizada com os pais ou outro cuidador primário ” (2020, p. 125).
APEGO INSEGURO-ESQUIVO	“Quando o pai ou a mãe está frequentemente indisponível e rejeita o contato, a criança pode se tornar apegada de maneira esquivada, ou seja, ela se adapta a evitar proximidade e conexão emocional com a figura parental. É comum haver um teor emocional árido no tom da

	comunicação entre pais e filhos ” (2020, p. 127).
APEGO INSEGURO-AMBIVALENTE	“Uma criança com apego ambivalente acha a comunicação parental inconsistente e, às vezes, intrusiva. Ela sente que não pode depender daquela pessoa para sintonia e conexão. Quando percebem a disponibilidade variável e a comunicação falível dos pais, as crianças desenvolvem um senso de ansiedade e incerteza se podem depender dos pais, pois não sabem o que esperar. Essa ambivalência cria um sentimento de insegurança no relacionamento entre pais e filhos, e se estende à interação da criança com o mundo social mais amplo” (2020, p. 128).
APEGO INSEGURO-DESORGANIZADO	“Crianças com apego desorganizado têm experiências frequentes de comunicação nas quais o comportamento parental é acabrunhante, atemorizante e caótico. Quando o pai ou a mãe é fonte de alarme e confusão, as crianças ficam diante de um paradoxo biológico” (2020, p. 128-129).

Fonte: Adaptado de Siegel; Hartzell (2020)

Em se tratando especificamente do apego inseguro-desorganizado, percebe-se um viés mais violento, utilizando-se de posturas mais repressoras, autoritárias ou mesmo coercitivas. Diante disso, o paradoxo acontece justamente pelo fato de que, biologicamente, somos programados para criar vinculação e recorrer aos nossos pais ou cuidadores em momentos de aflição. Quando na figura de apoio à criança encontra uma figura de medo, seu aparato mental entra em conflito e desorganização. Desse modo,

Há altos índices de apego desorganizado em crianças abusadas pelos pais. O abuso é incompatível com o senso de segurança que os pais devem dar às crianças, pois fratura o relacionamento entre pais e filhos e cria uma situação impossível para a mente infantil, fragmentando o senso do *self*. O abuso parental comprovadamente danifica as áreas em crescimento no cérebro infantil que viabilizam a integração neural. Para crianças com apego desorganizado, a integração neural danificada pode ser um mecanismo que as leva a ter dificuldade para regular emoções, na comunicação social e com tarefas acadêmicas que exijam muito raciocínio, uma tendência à violência interpessoal e uma predisposição para a dissociação - um processo no qual a cognição normalmente integrada se torna fragmentada (Siegel; Hartzell, 2020, p. 129, grifo do autor).

Sob este viés, é possível verificar a interligação entre os estilos parentais e a forma de apego, uma vez que, a depender do modelo parental adotado, as crianças poderão desenvolver tipos de apego diferentes, impactando diretamente no seu desenvolvimento. Assim,

Pesquisas sobre apego apontam a importância do relacionamento entre pais e filhos na modelagem das interações dos pequenos com outras crianças, seu senso de segurança para explorar o mundo, a resiliência ao estresse, sua habilidade para equilibrar as emoções, a capacidade de ter uma história coerente que dê sentido às suas vidas e a habilidade para estabelecer relacionamentos interpessoais significativos no futuro. O apego cria a base para a criança passar a abordar o mundo, e um apego saudável nos primeiros anos propicia uma base segura com a qual as crianças podem aprender sobre si mesmas e os outros (Siegel; Hartzell, 2020, p. 123-124).

Pensando para além da díade mãe-criança, cabe destacar as possíveis limitações da teoria do apego em face da diversidade de práticas e de organizações parentais. A multiplicidade das práticas de cuidado é imbricada por fatores sócio históricos e culturais que se fazem singulares a cada constituição familiar. A partir disso, a ênfase da teoria do apego no cuidador primário, mais precisamente na figura materna, pode colocar a mulher em situação de sobrecarga e frustração, mesmo diante de responsabilidades que podem ser delegadas a outros membros da conjuntura familiar.

Além disso, pode não ser coerente ou não contemplar a pluralidade de parentalidades, como as homoafetivas, crianças em situação de rua, órfãs ou em abrigos. A formulação do apego, então, pode acontecer a partir de cuidados múltiplos e simultâneos a depender do sistema de cuidado a que se tem acesso, levando em consideração não só a programação biológica, mas também os aspectos socioculturais.

Vale ressaltar ainda que a teoria do apego traz o comportamento de apego e de vinculação unicamente como resultado de um mecanismo de estimulação biológica, não se mostrando atenta ao papel desempenhado pelos fatores ecológicos e socioculturais e em seu poder de dar forma às experiências sociais da criança, não considerando a mútua influência que pais e crianças exercem na qualidade de suas trocas sociais (Ribas; Moura, 2004, p. 317).

Não à toa, como já apontado no decorrer deste estudo, a família consiste no primeiro contato da criança, sendo a base primordial para o seu desenvolvimento cognitivo e social através da interação com os seus cuidadores. De tal modo, a família exerce o papel de conduzir a construção de padrões comportamentais saudáveis e promissores, ensinando-lhes assim os valores e os preceitos morais que lhes convém adequados, conforme aprendido e repassado culturalmente. No convívio diário, os pais procuram direcionar o comportamento dos filhos no sentido de seguir certos princípios morais e adquirir uma ampla gama de comportamentos que garantam independência, autonomia e responsabilidade, para que mais tarde possam desempenhar adequadamente seu papel social.

Através de estratégias disciplinares específicas, chamadas de práticas educativas, que os pais promovem comportamentos social e moralmente desejáveis, e buscam eliminar ou

reduzir comportamentos menos desejáveis ou inadequados. De acordo com Lins *et al.* (2015, p. 46),

A criança, quando interage com outras pessoas fora do ambiente familiar, aprende atitudes, opiniões e valores a respeito da sociedade, mais especificamente do espaço de inserção de seu grupo social. Por meio das experiências vividas, a criança vai paulatinamente compreendendo o mundo e interiorizando as regras afirmadas pela sociedade, sendo a família e a escola os mediadores primordiais deste processo, apresentando e dando sentido ao mundo social. Por isso, cabe investigar e identificar quais são estas influências externas que também interferem na educação e no desenvolvimento infantil.

Cabe aqui enfatizar que o estilo parental exercido pelos genitores/cuidadores nem sempre se dá de forma consciente ou intencional, tendo em vista que, a habilidade dos pais frente às adversidades do ambiente familiar está relacionada ao modelo parental que obtiveram na infância, sendo comum a reprodução do ciclo geracional de violências. Apesar das comprovações de que meios educativos positivos geram vínculos de confiança, enquanto os negativos contribuem para o desenvolvimento de problemas emocionais, a educação positiva também acarreta em muitos desafios.

No entanto, como coloca Silva (2008, p. 2), o dispêndio de energia que a parentalidade demanda para educar e proteger, não raras vezes extrapola a aptidão e a presteza parental, emergindo um despreparo físico ou psicológico. Ainda segundo Silva (2008), isto pode “resultar tanto num sobre-esforço pessoal ou conjugal por um lado, ou em despreocupação, desapego, negligência ou até hostilidade, por outro”. Nesse sentido,

A educação de um filho não pensado ou integrado num projecto de vida conjugal resultará num desafio permanente, do qual a inconstância parental fará parte integrante, evidenciando a má qualidade de interação da criança com os pais, e a experiência de particulares formas de práticas parentais contribuirá significativamente para que na criança se desenvolva um baixo autocontrole ou comportamentos hostis com contornos agressivos. A falta de regras e orientações básicas no construir do caminho evolutivo de uma criança é representativo da volubilidade parental que desencadeia a insegurança na criança (Silva, 2008, p. 3).

Segundo Gomide e Sampaio (2007), as práticas parentais das relações intrafamiliares podem ser entendidas como positivas e negativas, sendo subdivididas e conceituadas como estruturado no quadro a seguir:

Quadro 3 - Práticas parentais positivas e negativas

Práticas Parentais Positivas	Práticas Parentais Negativas
Monitoria Positiva: Está ligada ao conhecimento dos pais sobre os filhos, bem	Punição Inconsistente: Refere-se às situações em que os pais são guiados por suas emoções

como suas preferências.	momentâneas para punir seus filhos.
Comportamento Moral: Diz respeito aos valores morais e de conduta transmitidos pelos pais aos seus filhos.	Negligência: Caracteriza-se pela ausência dos pais na vida dos filhos.
	Disciplina Relaxada: Está relacionada ao fácil descumprimento ou a não supervisão das regras estabelecidas.
	Monitoria Negativa: Refere-se ao desempenho de um monitoramento excessivo, tornando-se estressante e podendo inibir o pleno desenvolvimento da criança.
	Abuso Físico: Diz respeito a práticas educativas que envolvem agressões físicas e violação dos direitos da criança, podendo desencadear prejuízos na saúde mental e na qualidade de vida.

Fonte: Adaptado de Gomide; Sampaio (2007)

Segundo Abrahão (2022), experiências precoces e dolorosas podem fazer com que as crianças vejam o mundo de maneira diferente e reajam de maneira defensiva em experiências que deveriam ser naturais e agradáveis. Crianças traumatizadas podem ter problemas de concentração e ficar em hipervigilância e hiperexcitação, sinais que podem ser facilmente confundidos com o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). A necessidade de controle e a agressividade podem se fazer presentes em crianças que tiveram uma infância marcada por violências. Em contrapartida,

[...] a criança que vive em uma família cujo amor é expresso pela gentileza e não pela violência aprende que essas coisas são excludentes e que, assim, é com gentileza que se deve tratar aquele quem se ama, nunca com violência. Por isso, diz-se tanto que, para termos no futuro uma sociedade amorosa e não violenta, é preciso, hoje cuidar de nossos pequenos com amor e não com violência (Mortensen; Sena, 2014, p. 68-69).

A qualidade dos vínculos parentais e a satisfação das necessidades educacionais, alimentares, psicológicas e afetivas da criança está diretamente ligada com a formação de caráter do indivíduo em desenvolvimento. Portanto, o comportamento infantil não deve ser visto de forma isolada, e sim como agente e receptor de mudanças a partir do ambiente em que está inserido. O vínculo estabelecido entre pais e filhos, considerando a forma como a família institui o respeito, os limites, a liberdade de expressão e o suporte afetivo, são aspectos fundamentais para a construção da base sócio emocional da criança enquanto copartícipe do núcleo familiar.

A boa convivência familiar proporciona à criança a segurança e autoestima necessárias para acreditar em sua capacidade de ter melhores relações sociais. De acordo com Abrahão (2022), algumas pesquisas mostram que experiências positivas podem ajudar a neutralizar as experiências negativas, assim como ter uma rotina saudável, que inclua bons relacionamentos, escola, esportes e família, estimulando a liberação de hormônios da felicidade nas crianças, o que é fundamental para o seu desenvolvimento saudável. Com isso, é possível enfatizar a importância de experiências positivas na infância, posto que:

O amor e a segurança estimulam a produção de hormônios do bem como a dopamina, ocitocina, serotonina e endorfina. Os responsáveis por isso são os neurotransmissores mensageiros químicos enviados pelos neurônios capazes de gerar sensações como alegria, recompensa e bem-estar (Abrahão, 2022, p. 217-218).

Sumariamente, evidencia-se a plural e ao mesmo tempo singular diversidade de conjunturas familiares e o quanto que as especificidades parentais são determinantes sobre a vida dos infantes, seja por um viés positivo, seja negativo. O ambiente em que a criança está inserida é um dos, senão o fator de maior preponderância para a construção de vínculos afetivos saudáveis ou adoecidos, de modo que a qualidade de vida do adulto tende a ser reflexo de sua infância e das experiências vivenciadas com seus cuidadores.

Partindo para o próximo capítulo, será exposto o percurso metodológico utilizado para a elaboração deste trabalho, desde a tipologia da pesquisa até a própria análise dos artigos selecionados.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os processos metodológicos que foram realizados no presente estudo, apontando os caminhos percorridos para a realização da análise, desde a etapa de busca e filtragem até os resultados obtidos e a própria discussão dos temas em questão.

Haja vista, cabe retomar os objetivos que foram elencados para subsidiar este trabalho. Enquanto objetivo geral, procurou-se *explicar como o desenvolvimento infantil é impactado pela violência intrafamiliar*. Já como objetivos específicos: categorizar as implicações da violência intrafamiliar para o desenvolvimento infantil; relacionar os padrões parentais/comportamentais em contextos violentos e não violentos; e analisar como o desenvolvimento infantil é impactado pela violência intrafamiliar, a partir da produção bibliográfica especializada.

Com o intuito de alcançar os objetivos de pesquisa, selecionou-se artigos científicos para o material de avaliação, os quais foram analisados através do método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), tendo como foco identificar os desdobramentos da violência infantil em contextos intrafamiliares. A partir disso, foram delimitadas as categorias e as subcategorias de análise deste estudo, que serão discutidas mais adiante, realizando, ainda, uma interlocução entre o material analisado e o embasamento teórico desta pesquisa.

Conforme destacado por Demo (1985, p. 19), a “metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”. Sendo assim, a metodologia de pesquisa tem como objetivo resolver um problema de forma sistemática, ou seja, é uma ciência que estipula como deve ser realizada, descrevendo os procedimentos pelos quais os pesquisadores realizam sua pesquisa. Nesse sentido, “[...] a metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 14).

A partir de tais afirmações, o presente estudo se trata de uma pesquisa qualitativa, uma vez que examina as evidências em dados visuais ou verbais coletados em fontes bibliográficas de forma sistemática para entender um fenômeno em profundidade, ou seja, que diz “[...] respeito a uma dimensão mais profunda das relações humanas e sociais, dos processos e dos fenômenos existentes nessas relações [...]” (Tozoni-Reis, 2009, p. 100). De tal maneira, vale ressaltar que, na pesquisa qualitativa existe

[...] um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a

atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70).

Tal qual o modelo exploratório de pesquisa, que visa justamente o aprimoramento de ideias e/ou a descoberta de possibilidades de investigação, esse estudo tem o intuito de “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (Gil, 2002, p. 41). Outra característica da referida pesquisa é o caráter explicativo, buscando “[...] identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (Gil, 2002, p. 42). Para além, em face da descrição das características de determinados fenômenos ou do estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2002, p. 42), em que “[...] o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52), acentua-se também a esfera descritiva dessa análise. Haja vista, infere-se que a finalidade da pesquisa é explicativa, descritiva e exploratória.

No que tange aos procedimentos técnicos utilizados para o alcance dos dados necessários à pesquisa, destaca-se o modelo bibliográfico como método a ser aplicado. Sob esse prisma, compreende-se que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44). De tal modo, o intuito é “[...] colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

Sabendo que se trata de uma pesquisa de caráter bibliográfico, estruturou-se este trabalho com base na leitura de livros e artigos acerca da temática e que forneceu suporte para subsidiar as considerações. Entretanto, destaca-se como fonte de embasamento e sustentação para as reflexões desta pesquisa os autores: Daniel J. Siegel (2015); Tina Payne Bryson (2015) e Telma Abrahão (2022), aos quais utilizou-se como referencial teórico. As discussões desses autores sobre o desenvolvimento humano, da complexidade das interações biológicas-culturais e das relações entre pais e filhos ou entre cuidadores e crianças, puderam respaldar a construção desta escrita sob um viés científico e interdisciplinar.

Tendo em vista as contribuições sociais de suas obras, os autores: Daniel J. Siegel (2015); Tina Payne Bryson (2015) e Telma Abrahão (2022) foram utilizados para respaldar os apontamentos deste estudo. Daniel J. Siegel é um autor, premiado educador e psiquiatra infantil, formado em medicina pela Universidade de *Harvard*, com pós-graduação na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) em pediatria, adolescência e psiquiatria adulta. Atualmente é professor clínico de psiquiatria na Escola de Medicina da UCLA e também participa de outros projetos que envolvem cérebro, criança e desenvolvimento. Uma

de suas obras utilizadas neste estudo diz respeito ao livro “O Cérebro da Criança” (2015) e aponta, de forma clara e acessível, o funcionamento da interação cérebro-ambiente na infância e o impacto da forma como as crianças são tratadas para o desenvolvimento.

Tina Payne Bryson, por sua vez, é psicoterapeuta de crianças e adolescentes, e consultora da área de criação de filhos. É formada pela *Baylor University* e tem Ph.D. pela *University of Southern California*, explorando temáticas voltadas para o apego, a criação de filhos e a neurobiologia interpessoal. Já Telma Abrahão é biomédica, escritora e especialista em Inteligência Emocional. Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Riopretense de Filosofia, Ciências e Letras. Dentre suas atribuições, é perita da Vara da Infância em São José do Rio Preto e Assistente Técnica em casos de família e área civil. Telma criou a perspectiva da Educação Neuroconsciente e aborda questões relacionadas aos estilos parentais e a neurociência por trás das relações entre pais e filhos, considerando os desafios socioculturais e o impacto que as experiências vivenciadas na infância podem acarretar.

Para além, recorreu-se também ao repertório acadêmico que foi adquirido a partir dos referenciais que foram trabalhados durante a graduação, especialmente com as disciplinas de Psicologia do Desenvolvimento, ministradas pela professora Danielle Oliveira da Nóbrega, assim como a disciplina de Psicologia Jurídica, ministrada pela professora Lidiane dos Santos Barbosa. Nestas disciplinas, foi possível ter acesso a perspectiva do desenvolvimento e também da violência na infância. Como um dos referenciais que também nos serviu de apoio, destaca-se o artigo: “Quando e como a proteção da infância é um valor para os adultos” (Libardi, 2016), de autoria da psicóloga e também professora da Universidade Federal de Alagoas, Suzana Santos Libardi, que é doutora em psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atua em temáticas como: relações intergeracionais e proteção da infância.

4.1 Desenho da pesquisa e critérios de inclusão

Diante do processo de pesquisa de artigos científicos, faz-se indispensável a utilização de descritores, que correspondem justamente aos termos ou palavras-chaves que determinadas bases de dados utilizam para facilitar a localização de artigos de acordo com os interesses de cada pesquisador, conferindo maior especificidade à busca.

Destarte, o procedimento para coleta de dados se deu a partir de livros e artigos de periódicos revisados por pares, encontrados nas seguintes bases de dados: Periódico CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e BVS (Biblioteca Virtual

em Saúde). Foram utilizados os descritores “maus-tratos infantis” e “desenvolvimento infantil”. Além disso, a pesquisa foi realizada no dia 06 de fevereiro de 2023 e foram encontrados 58 artigos no total, que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 4 - Resultados das buscas nas bases de dados CAPES e BVS

DESCRITORES	CAPES	BVS
“Maus-tratos infantis” e “desenvolvimento infantil”	9	49

Fonte: elaborado pelas autoras

Como critérios de inclusão para este trabalho, foram delimitados artigos científicos em português e revisados por pares, ou seja, que passaram por avaliação de um ou mais especialistas de mesmo escalão que os autores selecionados. Em se tratando da etapa de seleção direta na CAPES e na BVS, identificou-se a necessidade de verificar artigo por artigo em todas as páginas, uma vez que, mesmo utilizando os filtros e os descritores, ainda era possível encontrar artigos repetidos, artigos em outros idiomas ou que não contemplavam os descritores.

Sendo assim, foi realizado o *download* dos 58 artigos encontrados, para que fosse feita uma nova seleção. Nessa fase, fez-se a leitura dos resumos de cada artigo, optando por aqueles que mais se aproximavam do tema e/ou que abrangiam uma variedade maior de tipos de violências/consequências, evitando artigos estritamente direcionados para algum tipo específico de violência. Com isso, feito essa filtragem, dentro dos critérios de inclusão, foram escolhidos 6 artigos para análise, sendo 2 da CAPES (ver Quadro 5) e 4 da BVS (ver Quadro 6).

Quadro 5 - Artigos selecionados pela CAPES

(continua)

Nº	TÍTULOS / RESUMOS / PALAVRAS-CHAVE	AUTORES	ANO	ÁREAS DE CONHECIMENTO
1	<p align="center">A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS NO CENÁRIO BRASILEIRO</p> <p>RESUMO: A violência é um fenômeno social e de saúde pública, com maior exacerbação quando acontece na infância, provocando um impacto no desenvolvimento e uma catastrófica repercussão no comportamento na vida adulta. O objetivo deste artigo é caracterizar por meio das evidências científicas a violência infantil no cenário brasileiro. Utilizou-se uma revisão integrativa da literatura, tendo como fonte de pesquisa as bases de dados Lilacs e SciELO no período de agosto de 2013. Dentre as publicações identificadas seis mostraram a negligência como principal tipo de violência, cinco disseram que o sexo masculino é o gênero mais atingido e dez afirmaram que o agressor sempre é um membro da família. Ainda neste cerne, torna-se evidente que os pais são os maiores perpetradores da violência contra crianças, destacando-se a mãe como a maior agressora. Os resultados demonstram a necessidade de se identificar precocemente todos os tipos de violência, sobretudo a negligência, reconhecendo que não há distinção significativa da violência entre os sexos e sendo o ambiente familiar o local mais propício para o desenvolvimento dos eventos violentos.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica, Maus-tratos infantis, Defesa da criança e do adolescente, Violência, Criança.</p>	<p align="center">Antonio Jakeulmo Nunes</p> <p align="center">Magda Coeli Vitorino Sales</p>	2016	ENFERMAGEM

(conclusão)

Nº	TÍTULOS / RESUMOS / PALAVRAS-CHAVE	AUTORES	ANO	ÁREAS DE CONHECIMENTO
2	<p>EFETIVAÇÃO DA LEI MENINO BERNARDO PELAS REDES DE PROTEÇÃO E DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES</p> <p>RESUMO: Embora muitos países estejam implementando leis que proíbem o uso de violência física como pretensa prática educativa, a Organização Mundial da Saúde indica que a efetivação dessas leis ainda é um desafio. Objetivou-se, portanto, verificar se as redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco estão organizadas para efetivar a Lei Menino Bernardo (Lei no 13.010/2014). Por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória, foram entrevistados 16 profissionais de diferentes serviços dessas redes de um município do interior do Rio Grande do Sul, Brasil. Os dados coletados nas entrevistas foram analisados por meio da análise temática do tipo indutiva, resultando em quatro temas: (1) prática aceita culturalmente; (2) (des) conhecimento da lei; (3) carências das redes e (4) estratégias de efetivação. Tomados em conjunto, os quatro temas indicam a não efetivação da Lei Menino Bernardo pelas redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco no município onde a pesquisa foi realizada. Evidenciaram-se, portanto, a aceitação social da violência na educação de crianças e adolescentes, o desconhecimento da Lei Menino Bernardo pelos profissionais e a fragmentação entre os profissionais e os serviços das redes. Diante disso, é necessário aumentar o investimento no fortalecimento de recursos institucionais e em capacitações, visando ao desenvolvimento profissional e à qualificação dos serviços das redes.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Maus-Tratos Infantis; Defesa da Criança e do Adolescente; Educação Infantil; Relações Pais-Filho; Legislação como Assunto.</p>	<p>Adalberto de Araújo Trindade</p> <p>Jean Von Hohendorff</p>	2020	PSICOLOGIA

Fonte: elaborado pelas autoras

No que tange ao artigo **“A violência contra crianças no cenário brasileiro”** (Nunes; Sales, 2016), é possível identificar um recorte de gênero por dois vieses: perfil do agressor e tipo de violência praticada contra meninos e meninas. Nesse sentido, a figura materna é apresentada como o agressor de maior prevalência, assim como a violência sexual é direcionada com maior frequência contra as meninas, enquanto a violência física e a negligência são mais comumente observadas contra os meninos. Isso aponta para questões estruturais e culturais, como já mencionadas na introdução deste trabalho, podendo ser observados nítidos reflexos do machismo e do patriarcado nas tipologias e intensidades dos maus-tratos infantis.

O gênero feminino carrega concepções preestabelecidas que culturalmente remontam ao cuidado do lar e dos filhos, e mesmo que assuma responsabilidades de trabalho extrafamiliares. Esse pressuposto ainda permanece, sendo a figura da mulher/mãe quem costuma passar mais tempo com os filhos. Essa inferência não tem o intuito de justificar a violência praticada, mas leva a refletir sobre os condicionamentos que envolvem o fato de ser a mulher quem mais vem violentando fisicamente suas crianças, tendo em vista que ela possivelmente também é ou foi vítima por outros diversos tipos de violências ao longo da vida. Diante disso, o artigo acentua a naturalização do fenômeno da violência infantil, além de apresentar classificações e alguns dos principais efeitos decorrentes dos maus-tratos intrafamiliares na infância.

No segundo artigo selecionado pela CAPES, **“Efetivação da Lei Menino Bernardo pelas redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes”** (Trindade; Hohendorff, 2020), foi plausível ter acesso a constructos legais que perpassam desde o ECA até a própria Lei nº 7.672/2010, chamada de Lei Menino Bernardo e que prevê sanções administrativas àqueles que violentam crianças e adolescentes. Assim como no artigo anterior, neste artigo também é apresentada a perspectiva da naturalização de práticas violentas na infância, enfatizando a transgeracionalidade do fenômeno. Destaca também possíveis consequências e elenca algumas tipologias de estilos e práticas parentais, com seus respectivos efeitos e impactos a curto e longo prazo.

Além disso, os autores deste artigo apontam para os condicionamentos econômicos, acentuando o baixo nível socioeconômico como contribuinte para o uso de práticas educativas coercitivas, o que coloca o Brasil como o país que possui as maiores taxas estimadas de violência contra crianças e adolescentes em todo o mundo. Na sequência, estão destacados os 4 artigos que foram escolhidos pela BVS.

Quadro 6 - Artigos selecionados pela BVS

(continua)

Nº	TÍTULOS / RESUMOS / PALAVRAS-CHAVE	AUTORES	ANO	ÁREAS DE CONHECIMENTO
1	<p>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E RISCO PARA PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES</p> <p>RESUMO: A literatura demonstra que sofrer violência doméstica na infância e juventude é um risco para o desenvolvimento das psicopatologias. Este estudo utilizou o <i>Strenghts and Diffi culties Questionnarie</i> (SDQ) e encontrou prevalência de 65,5% de possibilidades de problemas de saúde mental em crianças e adolescentes (4-16 anos), vítimas de violência doméstica, acompanhados em Serviços de Referência, todos residentes em um município brasileiro. O resultado encontrado foi considerado elevado, se comparado à população geral. A violência doméstica foi observada como fator de risco para problemas de saúde mental nas crianças e adolescentes estudados, agravada pelo uso preocupante de bebida alcoólica pelo responsável, ou este estar fora do processo produtivo. Não foram encontrados fatores de proteção efetivos, principalmente em relação à rede de proteção. Esses resultados sinalizam a necessidade de implementação de mecanismos que avaliem a efetividade de programas específicos nas áreas de saúde mental e violência doméstica.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental, prevalência, fator de risco e proteção, violência doméstica, SDQ.</p>	<p>Natália Amaral Hildebrand</p> <p>Eloisa Helena Rubello Valler Celeri</p> <p>André Moreno Morcillo</p> <p>Maria de Lurdes Zanolli</p>	2015	MEDICINA

(continuação)

Nº	TÍTULOS / RESUMOS / PALAVRAS-CHAVE	AUTORES	ANO	ÁREAS DE CONHECIMENTO
2	<p style="text-align: center;">VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONSEQUÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO COM PAIS AGRESSORES</p> <p>RESUMO: Trata-se da apresentação de parte de um levantamento bibliográfico que teve como objetivo verificar em periódicos brasileiros de Psicologia e Educação, disponíveis nas plataformas eletrônicas de dados Scielo e PePSI, no período de 2000 a 2014, as produções sobre as práticas grupais com pais envolvidos em situação de violência doméstica contra seus próprios filhos. A partir da análise de conteúdo, emergiram algumas categorias, das quais duas serão aqui apresentadas e discutidas: as consequências da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias de intervenção com grupo de pais agressores. Os resultados indicam prejuízos ao desenvolvimento psicológico, físico, cognitivo e social das vítimas; o trabalho com grupos de pais como estratégia fundamental na redução e prevenção da violência e os resultados deste tipo de intervenção como melhora na compreensão dos adultos sobre suas responsabilidades com o cuidado das crianças e adolescentes.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica contra crianças e adolescentes; pais agressores; consequências; prevenção.</p>	<p style="text-align: center;">Amailson Sandro de Barros</p> <p style="text-align: center;">Maria de Fátima Quintal de Freitas</p>	2015	EDUCAÇÃO e PSICOLOGIA

(continuação)

Nº	TÍTULOS / RESUMOS / PALAVRAS-CHAVE	AUTORES	ANO	ÁREAS DE CONHECIMENTO
3	<p>EXPERIÊNCIAS NA FAMÍLIA DE ORIGEM QUE REPERCUTEM NO CLIMA FAMILIAR DOS DESCENDENTES</p> <p>RESUMO: As características do sistema familiar podem ser fatores de risco ou proteção para o desenvolvimento dos seus membros. Na família, o indivíduo constitui sua identidade e seu repertório inicial de habilidades emocionais, cognitivas e sociais que usará na vida adulta. O objetivo deste estudo foi investigar se as experiências na família de origem reverberam no clima familiar dos seus descendentes, e o poder preditivo das variáveis encontradas. Foram avaliadas 372 pessoas, sendo 186 mulheres e 186 homens. A idade dos participantes variou de 19 a 81 anos (M = 39,92; DP = 12,62) e o tempo de relacionamento de 1 a 56 anos (M = 14,81; DP = 11,69). Foram utilizados os questionários <i>Family Background Questionnaire</i> (FBQ) e Inventário do Clima Familiar (ICF). Os dados foram analisados por meio de correlação de Pearson e regressão linear método <i>stepwise</i>. Os resultados indicaram que todas as experiências da família de origem se correlacionaram com pelo menos uma das dimensões do clima familiar. O estilo de decisão materno e abuso de substâncias paterno vivenciados na infância e adolescência na família de origem foram as variáveis preditoras do clima familiar atual dos participantes.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Relações familiares, maus tratos, criança.</p>	<p>Ramona Daniela Bernardo Costa</p> <p>Crístofer Batista da Costa</p> <p>Clarisse Pereira Mosmann</p> <p>Denise Falcke</p>	2018	PSICOLOGIA

(conclusão)

Nº	TÍTULOS / RESUMOS / PALAVRAS-CHAVE	AUTORES	ANO	ÁREAS DE CONHECIMENTO
4	<p>PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E PREVENÇÃO DE MAUS TRATOS INFANTIS</p> <p>RESUMO: A violência praticada contra crianças é tema complexo e polissêmico. Estudo de coorte retrospectiva buscou caracterizar o perfil das crianças vítimas de violência doméstica e de seus agressores e avaliar a eficácia das intervenções judiciais. Analisou-se 98 processos da Vara da Infância e Juventude, envolvendo 179 crianças e 121 agressores. Negligência/abandono e violência física foram as violações mais frequentes. Revelou-se a mãe como principal agressora; renda mensal de até um salário mínimo e história de uso de álcool mostraram-se associados à violência. Encontrou-se 71% das vítimas matriculadas em instituições de ensino. Em 25% a gravidade da situação determinou o afastamento da família. Um terço das crianças foram incluídas em programas de apoio, orientação e acompanhamento à família. A intervenção judicial garantiu 93% de interrupção da violência em até dois anos, tempo ainda longo, pelo risco da criança ser revitimizada. Ações efetivas pressupõem o envolvimento da família, da sociedade, das instituições escolares e de saúde. A garantia de direitos tem na execução das políticas públicas, e não na judicialização, o <i>locus</i> privilegiado de efetivação.</p> <p>PALAVRAS-CHAVE: Violência infantil, Maus-Tratos Infantis, Judicialização, Direitos da criança, Estudo de Coorte.</p>	<p>Cleiciara Lúcia Silva Ferreira</p> <p>Maria Conceição J. Werneck Côrtes</p> <p>Eliane Dias Gontijo</p>	2019	MEDICINA

Fonte: elaborado pelas autoras

Com referência ao artigo “**Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes**” (Hildebrand *et al.*, 2015), novamente é possível encontrar a mãe com maior incidência enquanto autora de violências contra crianças. O estudo realizado neste artigo aponta ainda para o fato de que mais de 95% dos pais/cuidadores já foram vítimas de algum tipo de violência intrafamiliar na infância, passando a reproduzir esse ciclo. O artigo também destaca os tipos de violências e os principais sintomas

decorrentes, além de fazer um recorte econômico, revelando a baixa renda familiar e o nível de escolaridade como fatores de risco para o desenvolvimento de problemas de saúde mental em crianças, assim como pontuou o segundo artigo selecionado pela CAPES.

No artigo **“Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores”** (Barros; Freitas, 2015), assim como em artigos supracitados, a violência infantil é colocada em um lugar de naturalização, como um direito dos pais ou responsáveis para disciplinar, passando a se repetir através do ciclo transgeracional da violência. Alguns dos tipos de violências também são apresentados no artigo, assim como algumas das principais implicações decorrentes dos maus-tratos. Um outro ponto importante que os autores apontam é o cuidado de não generalizar as consequências apresentadas, posto que é possível se ter variações de acordo com as especificidades de cada caso, ressaltando o potencial de resiliência a depender da qualidade da rede de apoio e do suporte a que a criança tenha acesso.

Em se tratando do artigo **“Experiências na família de origem que repercutem no clima familiar dos descendentes”** (Costa *et al.*, 2018), verifica-se mais uma vez a concepção de naturalização de contextos violentos na família, contribuindo com a perpetuação do fenômeno. Além disso, o artigo aponta para o sentimento de ambivalência, especialmente na violência sexual, já que a figura de cuidador e de abusador comumente se refere a mesma pessoa. Haja vista, apesar dos autores não trazerem um recorte de gênero quanto ao perfil das vítimas ou dos abusadores na violência sexual, é feito um recorte acerca do abuso de substâncias psicoativas, acentuando que

[...] no abuso paterno prepondera um estilo parental autoritário na família de origem, repercutindo em dificuldades nas relações de hierarquia do indivíduo na fase adulta. Já o abuso de substância materno e a avaliação do clima familiar como conflituoso pelo sujeito adulto pode estar associado à deficiência, própria de uma infância com mãe abusadora de droga [...] (Oliveira; Arnauts, 2011 *apud* Costa *et al.*, 2018, p. 419).

Já no artigo **“Promoção dos direitos das crianças e prevenção de maus tratos infantis”** (Ferreira; Côrtes; Gontijo, 2019), é feito um recorte percentual dos tipos de violências e novamente a figura feminina é destacada como principal agressor. É apontado também as dificuldades econômicas como fator de risco para a violência. O artigo reforça não só a importância dos órgãos de denúncia, com exemplo do próprio Conselho Tutelar, como destaca a morosidade na aplicação de medidas protetivas como um fator de risco e agravamento das consequências, estando a criança sujeita a revitimização.

Feita uma apresentação breve dos artigos selecionados, foi dado seguimento para a fase da análise. Os 6 artigos que foram escolhidos estão de acordo com todos os critérios de inclusão e possuem repertório para contemplar todos os questionamentos necessários e pertinentes para esse estudo.

4.2 Análise de conteúdo

Como mencionado anteriormente, utilizou-se neste estudo a técnica da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), abarcando um conjunto de procedimentos sistemáticos para a análise e interpretação das informações, uma vez que “[...] a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta” (Bardin, 2011, p. 35). Desse modo,

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (Bardin, 2011, p. 37).

Nesse sentido, a Análise de Conteúdo apresenta grande flexibilidade entre os campos da subjetividade e da objetividade, permitindo maior adaptação do método utilizado para cada tipo de conteúdo estudado. Quanto à organização cronológica, Bardin (2011, p. 124) apresenta uma estruturação dividida em três polos, que seja: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

Em se tratando da pré-análise, Bardin (2011) a conceitua como sendo a fase da organização, na qual é feita a sistematização das ideias iniciais, assim como a construção do plano de análise. Nesta etapa, foi realizado o contato inicial com os 6 artigos selecionados, mediante a leitura de todos os outros que ficaram da filtragem inicial, a qual resultou na seleção de 58 artigos. Com uma leitura mais fluida e da formulação de resumos em forma de fichamento, com 6 artigos selecionados, alcançou-se uma melhor assimilação das informações. Com isso, foi possível elaborar as primeiras impressões deste estudo e que serviram de base para as etapas subsequentes.

Enquanto exploração do material, prima-se por um estudo mais minucioso acerca do material escolhido. Conforme Bardin (2011, p. 131), “esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração [...]”. Para tanto, foram realizadas leituras mais aprofundadas dos artigos selecionados, com o objetivo de ampliar a compreensão no que tange às especificidades da violência intrafamiliar na infância.

Haja vista, nos 6 artigos analisados, foi possível identificar intersecções entre eles, contribuindo para a formulação das subcategorias.

Mediante o estabelecimento das subcategorias, passou-se para a etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nesta fase, foi possível realizar a organização e sistematização dos elementos encontrados, até se chegar na estruturação das categorias de análise. Como desdobramento, foram criadas duas categorias, que seja: 1) diversidade de fatores e sintomas da violência intrafamiliar na infância; 2) transgeracionalidade da violência infantil em caráter intrafamiliar. As intersecções e subdivisões decorrentes desta fase da análise estão dispostas no quadro a seguir:

Quadro 7 - Categorias e subcategorias identificadas nos artigos selecionados

SUBCATEGORIAS	CATEGORIAS
Implicações multidimensionais de vivências violentas na infância	Diversidade de fatores e sintomas da violência intrafamiliar na infância
Influências das redes de apoio para crianças em situação de violência intrafamiliar	
Ciclo da violência intrafamiliar na infância	Transgeracionalidade da violência infantil em caráter intrafamiliar
Naturalização da violência infantil como forma de educar	
Cuidador e agressor na mesma pessoa: infância, violência e ambivalência	

Fonte: elaborado pelas autoras

Diante do exposto, partiu-se para a explanação das duas categorias de análise deste estudo, em interlocução com os artigos analisados e os embasamentos teóricos que sustentaram as reflexões tecidas até então.

4.3 Diversidade de fatores e sintomas da violência intrafamiliar na infância

Nesta categoria, serão abordadas as idiosincrasias do fenômeno da violência intrafamiliar na infância, posto que cada caso, ao tempo em que possuem similaridades, pode apresentar também especificidades e desdobramentos diferentes, a depender de múltiplos fatores que possam estar relacionados, como o próprio contexto socioeconômico, a tipologia e

a frequência da violência, assim como o tipo de suporte e rede de apoio a que a criança tenha acesso.

Como já mencionado no decorrer desta escrita, cabe reforçar que a violência intrafamiliar infantil não se restringe apenas a uma questão judicial, mas sim e fundamentalmente, a uma complexa questão social, política, econômica e cultural. Desde o nascimento, a criança é totalmente dependente do ambiente a sua volta, sendo crucial, especialmente para o desenvolvimento, ter uma boa qualidade nas relações e estímulos interpessoais. Conforme Abrahão (2022), as experiências vivenciadas na infância podem desencadear uma cascata de mudanças epigenéticas, cognitivas e fisiológicas, que trazem consequências positivas ou negativas ao longo da vida. Tais experiências incluem tanto impactos imediatos como possíveis danos a médio e longo prazo, que se projetam no decorrer da adolescência e vida adulta.

De maneira similar, a qualidade do suporte e da rede de apoio mediante situações de violências e vulnerabilidades, exerce um papel fundamental para o enfrentamento e a diminuição, ou não, dos efeitos advindos de experiências traumáticas na infância. Posteriormente, serão apresentados como os artigos selecionados abordaram não só a multidimensionalidade das consequências, como as influências das redes de apoio em situações de violência intrafamiliar na infância.

4.3.1 *Implicações Multidimensionais de vivências violentas na infância*

Referente às implicações multidimensionais da violência intrafamiliar contra crianças, cabe acentuar que nos 6 artigos analisados, cada um a seu modo, foi possível identificar apontamentos acerca das consequências que os maus tratos infantis podem desencadear. No artigo “**A violência contra crianças no cenário brasileiro**” (Nunes; Sales, 2016), há um detalhamento mais direcionado para os tipos de violências, fazendo recortes de gênero e tipos de agressores. Neste artigo, a mãe é estatisticamente considerada a principal agressora, assim como a negligência é evidenciada como o tipo de violência de maior incidência. Outrossim, conforme o objetivo geral desta pesquisa, que seja, explicar como o desenvolvimento infantil é impactado pela violência intrafamiliar, os autores deste artigo apontam ainda que:

Os efeitos da violência podem surgir a curto ou em longo prazo no que tange aos aspectos biopsicossociais da criança agredida, o que dificulta o seu desenvolvimento no meio social, refletindo na diminuição da capacidade de pensar e agir, bem como enfrentar situações difíceis impostas a ela, convivendo assim com momentos de estresse por toda sua vida, uma vez que o evento violento ficará marcado na sua memória independentemente da idade que ocorra (Nunes; Sales, 2016, p. 878).

Como mencionado no primeiro capítulo, o desenvolvimento humano, de modo geral, envolve múltiplas transformações desde a infância, sendo as relações interpessoais indispensáveis para a nossa sobrevivência e evolução. Indiscutivelmente, relações sociais e familiares disfuncionais ou permeadas de violências e abusos, são fortes catalisadoras para o comprometimento da saúde e da qualidade de vida das pessoas vitimadas em seus aspectos biopsicossociais. Nunes e Sales (2016), no artigo supracitado, deixam evidente o peso do sistema familiar para a configuração da vida de crianças em situação de violência e seus efeitos ao longo do desenvolvimento.

Paralelo a isso, o artigo **“Efetivação da Lei Menino Bernardo pelas redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes”** (Trindade; Hohendorff, 2020), também aborda as implicações da violência infantil em caráter intrafamiliar, de forma mais superficial, e traz um recorte a partir do estilo parental adotado, acentuando que

Práticas educativas coercitivas são consideradas violentas e relacionadas ao desenvolvimento de problemas internalizantes e externalizantes, repetição de comportamentos agressivos na escola, comportamentos antissociais, interações sociais disfuncionais (principalmente no contexto familiar, sentimentos como medo, insegurança e baixa autoestima, aumento do risco de desenvolver transtornos mentais, uso abusivo de álcool e de outras drogas, ampla variedade de sintomas psicopatológicos (como sintomas obsessivos, compulsivos e depressivos, incluindo o sofrimento psicológico geral e distúrbios de comunicação (como o mutismo e a gagueira. As consequências da exposição à violência na infância e na adolescência, ou seja, a práticas educativas coercitivas, podem perdurar até a idade adulta. São associadas, ainda, a consequências comunitárias e sociais, acarretando problemas ocupacionais, que podem impactar o desenvolvimento social e econômico de um país. Devido a isso, a violência contra crianças e adolescentes é considerada um problema de saúde pública (Trindade; Hohendorff, 2020, p. 2).

Haja vista, o problema da violência doméstica na infância é ainda mais impactado pelo fato da criança, ao tempo em que está em processo de formação da mente e do caráter, ser vítima de maus-tratos, o que acaba por interferir fortemente na sua maneira de pensar e agir por toda vida. Como pôde ser observado nos artigos supracitados, as consequências dessas violências são múltiplas e impactam cada criança de diferentes formas a depender do contexto, o que torna esta problemática ainda mais complexa.

O artigo **“Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes”** (Hildebrand *et al.*, 2015), além de conceituar os tipos mais comuns de violência doméstica infantil, destaca alguns dos principais fatores de risco e de proteção, e traz recortes de gênero, escolaridade, condição socioeconômica, situação trabalhista dos responsáveis, configuração familiar, atividade religiosa e principais agressores. Ademais, como alguns dos principais sintomas das vítimas estudadas, os autores citam que:

Os sintomas mais frequentes apresentados pelos sujeitos desse estudo foram problemas de conduta (66,3%). Os emocionais (54,4%), que se referem principalmente a sintomas de depressão e ansiedade e os de dificuldades nos relacionamentos (52%) foram semelhantes e, por último, os problemas de atenção, concentração e hiperatividade (45,6%) (Hildebrand *et al.*, 2015, p. 218).

Conforme apresentado, o artigo supracitado demonstra um recorte predominantemente direcionado para as complicações de saúde mental decorrentes da violência doméstica na infância, enfatizando o risco para o desenvolvimento de psicopatologias, como a própria depressão e a ansiedade. Nesse sentido, situações de maus tratos contra crianças são associadas ao risco de surgimento de transtornos mentais devido à exposição a muitos estressores físicos e/ou psicossociais. Importante frisar que, somado ao fator da violência, Hildebrand *et al.* (2015) apontam também para outros fatores de risco e de proteção que possam estar associados ao contexto em que o infante está inserido. Desse modo, pode-se considerar que a violência infantil não deve ser visualizada de maneira isolada, mas conectada com a rede de especificidades e condicionantes que possam estar envolvidos. Ainda assim, Hildebrand *et al.* (2015) evidenciam a necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas acerca dos fatores de risco e de proteção quanto à presença de psicopatologias infanto-juvenis.

Outro ponto que merece atenção diz respeito à faixa etária das crianças vitimadas com relação a prevalência de problemas de saúde mental. Hildebrand *et al.* (2015) acentuam que crianças entre 4 a 7 anos de idade já apresentam altos índices de complicações psicológicas, o que aponta para a relevância de um suporte adequado, evitando que haja agravamento dos quadros apresentados ou que se desenvolvam outras comorbidades.

Já no artigo **“Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores”** (Barros; Freitas, 2015), é feita uma distinção das consequências em quatro categorias: psicológicas, físicas, cognitivas e sociais. A partir dessa categorização, os autores destacam inúmeros referenciais que fundamentam as implicações apresentadas, apontando, por exemplo, que

Sintomas como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (Sá et al, 2009; Ximenes, Oliveira & Assis, 2009), condutas desafiadoras, transtornos de conduta, comportamento transgressor (Pesce, 2009), suicídio, drogadição, tabagismo, alcoolismo, distúrbios psicossomáticos, automutilação, distúrbios alimentares, distúrbios afetivos (Maia & Barreto, 2012), falta de concentração na escola, distúrbios de sono, hipervigilância (Assis, Avanci & Ximenes, 2009), baixa autoestima, falta de confiança e isolamento (Prado & Pereira, 2008) são citados como alguns eventos resultantes da violência doméstica para as vítimas (Barros; Freitas, 2015, p. 105).

Mais a fundo, enquanto sintomatologias fisiológicas, os autores destacam ainda que:

Em longo prazo, a exposição a situações de violência pode acarretar para a vítima: isquemias do coração, câncer, doença pulmonar crônica, síndrome do intestino irritável, fibromialgia (Maia, 2006, In Maia & Barreto, 2012), cegueira, retardo mental, comprometimento neurológico e hepático (Prado & Pereira, 2008) (Barros; Freitas, 2015, p. 106).

Decorrentes especificamente da violência sexual, o artigo apresenta também que

Em caso de violência sexual, podem-se observar doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, abortos (Borges & Dell’Aglia, 2008), dores abdominais, interrupção da menstruação, rituais de higiene (Vagostello, 2002). Outros estudos identificaram alterações no sono, dificuldades escolares, hiperatividade, comportamentos hipersexualizados, comportamentos regressivos, como os relacionados ao controle dos esfíncteres (enurese e encoprese), pensamentos invasivos, furtos, bulimia, depressão, suicídio, pesadelos (Malgarim & Benetti, 2010), dificuldades de concentração, pensamentos intrusivos (Pelisoli, Pires, Almeida & Dell’Aglia, 2010), transtorno sexual, envolvimento com prostituição (Maia & Barreto, 2012), prazer, nojo, culpa e desamparo (Siqueira, Arpini & Savegnago, 2011) (Barros; Freitas, 2015, p. 106).

Por conseguinte, no artigo “**Experiências na família de origem que repercutem no clima familiar dos descendentes**” (Costa *et al.*, 2018), é apresentado alguns tipos de violências infantis, mais especificamente a negligência, o abuso físico e o abuso sexual. Os autores enfatizam a influência da família de origem para a qualidade das formações familiares subsequentes, destacando que:

[...] a história familiar de um adulto que foi vítima ou testemunha de vivências infantis perpassadas por violência intrafamiliar, envolvimento dos pais com substâncias psicoativas ou problemas de psicopatologia gera consequências na constituição da sua própria família (Costa *et al.*, 2018, p. 421).

Ademais, apesar se não se aprofundar nos impactos da violência intrafamiliar na infância, o artigo “**Promoção dos direitos das crianças e prevenção de maus tratos infantis**” (Ferreira; Côrtes; Gontijo, 2019), tratando mais precisamente sobre a violência psicológica, aponta que quando “exercida de forma crônica, pode causar prejuízos para o desenvolvimento psicossocial e cognitivo, comprometendo seriamente a saúde emocional das vítimas” (Ferreira; Côrtes; Gontijo, 2019, p. 4004).

Além disso, o artigo supracitado coloca que a violência praticada contra crianças no ambiente doméstico é reconhecida como um tema que não permite conclusões deterministas, uma vez que suas causas e consequências são diversas e podem estar presentes independente da classe social a qual a criança pertença. O artigo expõe os tipos de violência a importância da participação de todos na garantia de proteção a crianças em situações de risco, com isso ações integradas devem ser priorizadas.

Destarte, o ambiente familiar e a maneira como fomos tratados na infância são pontos cruciais para o desenvolvimento, com reflexos por toda vida. Por esta vertente, eventos

estressores e contextos violentos tendem a resultar em efeitos nocivos a curto e a longo prazo. Conforme identificado nos artigos selecionados, Abrahão (2022) também evidencia o comprometimento do desenvolvimento cerebral e das conexões neurológicas, principalmente quando a violência perpassa desde os anos iniciais da vida dos sujeitos, ou seja, no período de maior maturação do Sistema Nervoso Central (SNC). Em decorrência, prejuízos nos aspectos sociais, psicológicos, físicos e emocionais são comumente presentes em vítimas de tais circunstâncias.

4.3.2 *Influências das redes de apoio para crianças em situação de violência intrafamiliar*

Diante de situações de violências intrafamiliares contra crianças, a qualidade e o tipo de suporte a que se tem acesso é fundamental para o decorrer da vida dos sujeitos. As redes de apoio, institucionais ou não, são imprescindíveis para a redução dos danos e a ressignificação de eventos traumáticos na infância. Nesta subcategoria, quase todos os artigos analisados abordaram essa questão, não sendo possível encontrar em apenas um deles.

O artigo **“Efetivação da Lei Menino Bernardo pelas redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes”** (Trindade; Hohendorff, 2020), com enfoque institucional, além de destacar alguns dos preceitos do ECA e da Constituição Federal, faz inferência a própria Lei Menino Bernardo, que:

Trata-se de uma lei que prevê sanções administrativas àqueles que maltrataram crianças e adolescentes (como encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família e/ou a tratamento psicológico ou psiquiátrico). Nela, constam também delineadas as políticas públicas e medidas para coibir a violência contra crianças e adolescentes (Trindade; Hohendorff, 2020, p. 3).

De tal modo, o artigo buscou averiguar a efetividade desta lei nas redes de proteção e atendimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade. Um ponto relevante a que chegaram foi o desconhecimento ou um conhecimento superficial da sociedade acerca da Lei Menino Bernardo, o que se configura como um entrave para a sua efetivação e para o fortalecimento da rede de suporte às crianças e aos adolescentes violentados ou em risco. A partir disso, foi possível evidenciar outras problemáticas, como a necessidade de capacitação profissional e de reestruturação das redes, uma vez que “a falta de sistematização das informações e de ferramentas padronizadas de notificação, aliada ao despreparo de profissionais, contribui para a subnotificação de casos” (Trindade; Hohendorff, 2020, p. 2).

Em conformidade, o artigo **“Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes”** (Hildebrand *et al.*, 2015) reforça a perspectiva da

premência de capacitação dos variados serviços e profissionais inseridos nas redes de proteção infanto-juvenil, visto que “com relação à Rede de Proteção, verificou-se ausência na efetividade das políticas públicas de atendimento, pois não houve associação entre ausência de problemas de saúde mental e frequentar tais serviços” (Hildebrand *et al.*, 2015, p. 219). Por outro lado,

Quando o sujeito pode contar com uma rede de apoio efetiva, com reais possibilidades de mudanças, e adquire a percepção de que é capaz de superar as situações adversas vivenciadas, ampliam-se suas possibilidades de desenvolvimento emocional (Hildebrand *et al.*, 2015, p. 220).

Para além disso, Hildebrand *et al.* (2015) apontam para a dificuldade na realização de denúncias, o que tende a corroborar ainda mais para com o retardamento ou ineficiência da efetivação de políticas públicas voltadas para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Com isso, compreende-se que o fluxograma que envolve a identificação e a intervenção em casos de violência intrafamiliar infantil, decorre de estratégias metodológicas e intersetoriais que devem estar coesas para que se tenha mais celeridade e maior qualidade na resolução dos casos. Doravante, isto demanda um comprometimento não só do setor público, mas de toda a sociedade, a começar pela quebra de padrões culturais enraizados e que contribuem para a perpetuação de maus tratos e violências contra crianças.

Com efeito, no artigo “**Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores**” (Barros; Freitas, 2015), é enfatizado a variabilidade de consequências da violência intrafamiliar infantil, a depender de diversos fatores, como a tipologia, frequência e a intensidade. É ressaltado, então, a importância de não generalizar as implicações, assim como de não naturalizar o fenômeno. Para além disso, é ressaltado que:

[...] a variação dessas consequências para as vítimas também está relacionada ao apoio social e afetivo por elas obtidos e para elas oferecidos após a ocorrência do ato violento. Tal situação não ameniza a gravidade e a complexidade do fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, mas revela que a rede de apoio social e afetiva pode atenuar as consequências da violência para as vítimas (Barros; Freitas, 2015, p. 110-111).

Como diferencial, o artigo acima traz um enfoque não só ao apoio às vítimas, mas um apoio sócio familiar de intervenção com pais agressores, trabalhando as potencialidades e a ressignificação a partir de processos grupais de fortalecimento da harmonia familiar. Neste ínterim, abre-se precedentes para a redução gradual de comportamentos agressivos e a desnaturalização da violência infantil. Foi abordada, então, a perspectiva da

transgeracionalidade, que será apresentada na categoria subsequente. Desse modo, Barros e Freitas (2015, p. 109) inferem que:

Os resultados da participação dos pais nesses grupos colaboraram para o aumento da autoestima da família, reflexão sobre a transgeracionalidade da violência sexual e possibilitaram que os participantes dialogassem sobre suas responsabilidades com a educação e a vida dos filhos, além de criar um espaço para a expressão do sofrimento cotidiano que cada um vivenciava.

No artigo **“Experiências na família de origem que repercutem no clima familiar dos descendentes”** (Costa *et al.*, 2018) há uma abordagem mais voltada para o apoio entre os partícipes da família. Neste estudo, os autores trazem, por exemplo, a perspectiva de Teodoro *et al.* (2009), ao configurar o apoio como o suporte emocional ou material presente entre os membros de uma família. Tendo em vista os contextos familiares em que se verifica algum tipo de relação violenta, o artigo aponta para a incidência de níveis de apoio mais baixos. Esses níveis de apoio mais baixos podem corroborar não só para climas familiares mais violentos, como para menores chances de suporte aos vitimados e, por conseguinte, menores chances de redução das consequências da violência. Ademais, o apoio familiar pode ser entendido a partir da disponibilidade emocional, do tempo de qualidade em família e dos níveis de acolhimento entre seus membros. Nesse sentido, Siegel e Hartzell (2020, p. 165) acentuam que:

Em famílias nas quais os pais demonstraram indisponibilidade emocional e falta de comunicação sintonizada e acolhedora, as crianças podem ter feito uma adaptação que minimizava a importância de relacionamentos interpessoais e a expressão das emoções. Afinal, é muito duro crescer em um deserto emocional.

Não obstante, Costa *et al.* (2018) partem da perspectiva de que as características do contexto familiar podem se configurar como importantes fatores de risco ou de proteção quanto ao desenvolvimento de seus membros, fornecendo base para a constituição da identidade e das habilidades sócio emocionais que o sujeito irá construir e que irão reverberar em fases da vida posteriores.

Por outra vertente, o artigo **“Promoção dos direitos das crianças e prevenção de maus tratos infantis”** (Ferreira; Côrtes; Gontijo, 2019) trata das redes de apoio institucionais e aponta para a operacionalização das medidas protetivas aplicadas em casos de violências contra crianças e adolescentes. O artigo acentua o despreparo profissional no âmbito da saúde em casos de violência infantil, de modo que “opta-se pela medicalização do fenômeno pela dificuldade em lidar com os aspectos sociais e a falta de proteção nos casos de denúncia de violência” (Ferreira; Côrtes; Gontijo, 2019, p. 4003). Além disso, destaca que:

[...] o encaminhamento rotineiro à Justiça pode estar sinalizando a ausência ou ineficiência das políticas sociais, ou seja, falha nos componentes da rede de cuidados à criança que deveriam prover a família para a preservação da convivência familiar. Esse novo fenômeno societário tem sido denominado pelos juristas como “judicialização dos conflitos sociais” ou “judicialização da política”. Caracteriza-se pela transferência para o Poder Judiciário da responsabilidade de enfrentamento das expressões da questão social, na expectativa da efetivação dos direitos humanos e garantia dos mínimos sociais (Ferreira; Côrtes; Gontijo, 2019, p. 4004).

Sob esse prisma, é possível compreender que, apesar da grande relevância do suporte familiar ou institucional em casos de violência intrafamiliar na infância, ainda se verificam falhas e morosidades, dificultando que intervenções adequadas sejam realizadas e amenizem os impactos na vida dos infantes. Para tanto, articulações entre família, sociedade e instituições públicas, como escolas, redes de saúde e de assistência social são fundamentais, por serem o *locus* de execução das políticas públicas e não necessariamente o poder judiciário. Contudo, o despreparo profissional e a falta de uma esquematização eficaz entre os diversos setores de atendimento às crianças vitimadas, como anteriormente destacado, abrem espaço para desvios de funções, tanto em esfera profissional, como institucional, delegando para setores secundários o que deveria ser contemplado em instituições primárias ou que estão na linha de frente nos casos de violência infantil. Além de precário investimento por parte do poder público em maior número de profissionais nesses espaços.

4.4 Transgeracionalidade da violência infantil em caráter intrafamiliar

Na segunda categoria definida, será abordado a reprodução do fenômeno da violência intrafamiliar contra crianças, considerando as configurações das práticas familiares ao longo do tempo, de modo a naturalizar concepções e costumes. Por este viés, compreende-se que muitos aspectos da violência infantil vão sendo transmitidos de geração em geração, ou seja, de forma transgeracional, transformando-se num ciclo, que de tanto ser multiplicado, acaba sendo reforçado e naturalizado. A partir de tal pressuposto, Azevedo e Guerra (2015, p. 69) afirmam que:

Alguns trabalhos enfatizam o papel ou a função da família como espaço de transmissão de hábitos, costumes, idéias, valores, padrões de comportamento. Entre eles incluem-se os estudos sobre a vida cotidiana, que apontam para a internalização das normas, a internalização da ideologia como processos que fazem parte do amadurecimento dos membros das famílias na vida cotidiana.

Em se tratando da transgeracionalidade, em que modelos comportamentais que são perpassados, entende-se que indivíduos que vivenciam tradições violentas podem acabar por

reproduzir padrões comportamentais automáticos, sem tomar consciência sobre a proporção de seus atos, dificultando que consigam se desvencilhar de tais reproduções. Uma vez, que

O cérebro se prepara continuamente para o futuro, com base no que aconteceu antes. Memórias moldam nossas percepções atuais, fazendo-nos prever o que acontecerá a seguir. Nosso passado molda o presente e nosso futuro por meio de associações dentro do cérebro (Siegel; Bryson, 2015, p. 109).

A propagação desse ciclo, feita por sujeitos que estão submersos a situações de violência, é uma questão sociocultural complexa e, considerando o exemplo como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento infantil, a modificação da realidade e a desconstrução dessa sequência comportamental não são tarefas fáceis e nem com efeitos imediatos. Considerando que a propagação do ciclo da violência contra crianças advém de longos anos, a desconstrução desse ciclo também não teria como acontecer tão repentinamente, podendo se configurar como uma reparação sócio histórica, que demanda contribuições multidimensionais e de longo prazo. Diante disso, serão destacados os apontamentos dos artigos analisados.

4.4.1 *Ciclo da violência intrafamiliar na infância*

A família, como um dos principais sistemas de interação entre os sujeitos, é compreendida como importante provedora do desenvolvimento humano, tendo suas implicações ainda mais severas quando deixa de ser um núcleo de proteção para se tornar um lugar de vulnerabilidade. Seguindo este viés, Azevedo e Guerra (2015, p. 64) afirmam que:

No campo da psicologia, a família desempenha um papel fundamental na teoria de Freud. O princípio básico da teoria freudiana é o de que a estrutura da mente humana se forma na infância, o que desempenhou papel revolucionário no campo científico. Freud mostrou que a mente não é algo previamente dado, mas sim uma estrutura construída na infância, através de um longo processo de formação de personalidade e de estabelecimento de vínculos afetivos e emocionais que ocorrem dentro da estrutura familiar.

Em se tratando da violência intrafamiliar, cabe reforçar a diversidade de tipologias a que pode ser praticada, seja de forma física, psicológica, sexual, negligência ou abandono. A partir disso, considera-se que a violência intrafamiliar pode ser reforçada ainda mais pela transgeracionalidade, em que o sujeito apreende tais padrões comportamentais pelo exemplo que é repassado no ambiente familiar, principalmente na infância, já que um dos principais meios de aprendizagem infantil é a imitação. As replicações dos ensinamentos vão sendo repassados de geração em geração, perpetuando um ciclo naturalizado da violência. Em consonância,

A transmissão transgeracional trata-se da passagem de uma geração a outra em termos de rituais, legados e tradições, podendo ser essa transmissão consciente ou inconsciente, dando continuidade à identidade de uma família através de um legado de mitos e ritos. O desenvolvimento da transmissão transgeracional pode ser pela via da estrutura psíquica, da modelagem e da cultura, tanto individual, quanto socialização coletiva, levando em consideração uma perspectiva global, já que os indivíduos se inserem em diversos contextos sociais. (Pereira *et al.*, 2022, p. 5).

Dentre os artigos analisados, em apenas três deles foi possível identificar correlações com o ciclo da violência. No artigo **“Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes”** (Hildebrand *et al.*, 2015), os autores enfatizam que a maioria das famílias estudadas apresentaram histórico de violência intrafamiliar transgeracional, em que os responsáveis também já foram vítimas de violência. Dessa forma, em conformidade ao objetivo geral deste trabalho, pode-se compreender que a violência vivenciada na infância passa a se perpetuar e afetar diversos aspectos do desenvolvimento infantil, uma vez que:

Maus tratos podem causar dano real ou potencial ao desenvolvimento, capacidade de sobrevivência, saúde ou dignidade aos sujeitos que sofrem violência. Esse é um fenômeno que se reproduz a partir de um ciclo, podendo a criança que sofre violência, ou maus tratos, repeti-lo em diferentes situações (Walker, 1979 *apud* Hildebrand *et al.*, 2015, p. 214).

Concomitantemente, o artigo **“Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores”** (Barros; Freitas, 2015), compreendendo a capacidade de reprodução de experiências violentas entre as gerações, aponta para a intervenção com pais agressores como uma estratégia válida para a redução e a prevenção da violência, contribuindo para a quebra deste ciclo violento e a melhoria do cuidado infanto-juvenil em âmbito intrafamiliar. Haja vista, a partir da consideração de alguns outros teóricos, os autores destacam que:

[...] pessoas submetidas a alguma forma de violência tendem a reproduzi-la no futuro, perpetuando o ciclo violento, poderíamos pensar em um processo de subjetivação na relação entre vítima e agressor que cristaliza padrões de tolerância e aceitação da violência (Barros; Freitas, 2015, p. 103).

No artigo **“Experiências na família de origem que repercutem no clima familiar dos descendentes”** (Costa *et al.*, 2018), é possível identificar também o quanto a violência pode ser reproduzida ao longo das gerações e a influência do contexto familiar nesse processo. Isso porque, “cada geração é influenciada pelas anteriores e influencia as seguintes” (Siegel; Hartzell, 2020, p. 151). Entretanto, nesta passagem cíclica de costumes e padrões comportamentais, não se tem um filtro definido que selecione quais características serão continuadas e quais ficarão no passado. Desse modo, se há histórico de padrões violentos, a

tendência é que esses padrões sejam naturalizados e repetidos. Frente a isso, Costa *et al.* (2018, p. 412-413), a partir da concepção de outros teóricos, apontam que:

[...] o comportamento violento se expressa por meio da repetição de padrões relacionais, perpetuando-se, em alguma medida, relações violentas ao longo das gerações e demonstrando que a família de origem tem um papel determinante na transmissão transgeracional da violência conjugal.

Diante de memórias negativas acerca das relações interpessoais da família de origem, podem ocorrer associações entre os atritos conjugais dos pais com os que acontecem no próprio relacionamento, acabando por replicar os padrões negativos da família de origem na constituição da família atual. Por este viés, Costa *et al.* (2018) enfatizam a concepção de *insight*, que conforme Garcia (2015, p. 19), “[...] ocorre de forma espontânea e essa clareza alcançada faz com que o indivíduo se perceba ativo e reconheça a importância de suas próprias atitudes e ações para o seu desenvolvimento”. Dessa maneira, “[...] os participantes que tiveram memórias negativas, porém, alta capacidade de insight, demonstraram esforços conscientes para evitar repetir os conflitos conjugais com seus/suas parceiros/as” (Costa *et al.*, 2018, p. 410). Siegel e Hartzell (2020, p. 151) reforçam que “nós não somos fadados a repetir os padrões de nossos pais ou de nosso passado”, mas que isso, dentre outros fatores, envolve o nosso nível de autoconhecimento, resiliência e compassividade. Em consonância, Sena e Mortensen (2014, p. 21) complementam que:

Ninguém nasce sabendo ser pai ou mãe, essa é uma tarefa que aprendemos nas demandas cotidianas, quando nos tornamos genitores. Muito do que praticamos, trazemos de nossas experiências como filhos, mas sempre é possível mudar. Sempre é possível fazer diferente, se assim quisermos. O que devemos lembrar, sempre, é que estamos criando novos seres, que precisam ser amados e respeitados, cuja educação precisa ser empática e acolhedora, não violenta e não opressora, se quisermos criar pessoas emocionalmente saudáveis, sem sequelas ou amarras emocionais ou instintos de agressividade.

Nesse sentido, fica evidente o quanto que a relação familiar é indispensável para a manutenção ou para o rompimento da violência intrafamiliar infantil, reforçando a perspectiva de que indivíduos que vivenciam alguma forma de violência, principalmente na infância, tendem a replicá-la posteriormente, demandando maior esforço para que haja a quebra da reprodução do ciclo violento em outras gerações.

4.4.2 *Naturalização da violência infantil como forma de educar*

A experiência de violência vivenciada na família de origem impacta na vida do indivíduo em diversos contextos, uma vez que o sujeito tende a legitimar a violência como

forma de resolução de problemas nas mais diversas situações. Com isso, evidencia-se a importância de considerar o sujeito a partir da sua herança comportamental. Ao nascer, a criança é inserida em um mundo socialmente organizado a partir de regras e padrões sociais, é por meio desta relação de troca que o sujeito vai atribuindo significado ao contexto que está vivenciando, o que coloca a família em um papel crucial para o desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo. Assim sendo, pensando numa educação familiar horizontalizada e na reprodução de comportamentos, Sena e Mortensen (2014, p. 24) apontam que:

Educar é sobre transmitir valores, estimular o comportamento ético, empático, solidário, reflexivo, valores fundamentais que acompanharão a criança por toda sua vida. É ensinar a tomar boas decisões em situações de conflito. É estimular a empatia. É exercer o diálogo. É reconhecer e valorizar os bons comportamentos. É conhecer as fases do desenvolvimento infantil, a fim de entender as diversas situações na jornada da educação e lidar melhor com elas. É sobretudo, dar bons exemplos.

Pode-se dizer, dessa forma, que ao analisar falas socialmente aceitas, como “criança só aprende apanhando”, é possível enxergar uma falha social em ter a violência praticada contra a criança como aceitável, assim como uma dificuldade de apreender novas estratégias de educação. Enquanto seres humanos sociais, a promoção do bem-estar infantil está intimamente ligada à capacidade dos cuidadores de identificar e suprir as necessidades fisiológicas e emocionais. A boa qualidade das relações entre os membros da família e das trocas familiares com o meio social colabora para a saúde mental de seus membros. Sendo assim, no artigo “**A violência contra crianças no cenário brasileiro**” (Nunes; Sales, 2016), os autores elencam que:

[...] a violência contra as crianças e os adolescentes pode ser entendida como uma forma grave de desrespeito aos direitos fundamentais, que é tratada como um fato natural ou como apenas um modo particular de os pais lidarem com os seus filhos, passando a ser considerada como um grave problema a de responsabilidade tanto do Estado, sociedade civil e principalmente das próprias famílias (Nunes; Sales, 2016, p. 878).

Vale salientar que as crianças que viveram em contextos nos quais a violência está presente, tendem a acreditar que essa é a única forma de se relacionar socialmente e, por conseguinte, acabam por reproduzir na vida adulta os padrões aprendidos na infância, fortalecendo a manutenção da violência através das gerações.

No artigo “**Efetivação da Lei Menino Bernardo pelas redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes**” (Trindade; Hohendorff, 2020), um dos temas definidos para a análise dos dados diz respeito justamente a aceitação cultural dessas práticas e infere que “[...] o uso de violência física na educação de crianças e adolescentes é

naturalizado pela sociedade, sendo um entrave à efetivação da Lei Menino Bernardo” (Trindade; Hohendorff, 2020, p. 5).

De acordo com Abrahão (2022), crianças expostas a períodos prolongados de abusos, negligência ou um ambiente que não é seguro, podem carregar as cicatrizes dos efeitos nocivos de muito estresse, vividos na infância durante toda a vida. A infância é a base da vida, e ainda que se possa supor que os pais não desejariam que os filhos sofressem o mesmo tipo de violência que vivenciaram na infância, a força do legado transgeracional, com frequência, impulsiona a repetição do padrão aprendido, e conseqüentemente a repetição de comportamentos.

Como identificado no artigo **“Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores”** (Barros; Freitas, 2015), os autores apontam a perspectiva de Martín-Baró (1990; 2003) ao destacar que as relações marcadas por conflitos não são naturais, porém são justificadas e naturalizadas sócio historicamente com

[...] discursos que defendem o uso da violência como estratégia educativa e de dominação dos adultos sobre as crianças e adolescentes, prática que se reproduz ao longo de gerações e que revela o processo multigeracional do fenômeno (Barros; Freitas, 2015, p. 103).

Outrossim, o artigo **“Experiências na família de origem que repercutem no clima familiar dos descendentes”** (Costa *et al.*, 2018), a partir da contribuição de outros teóricos (Gover *et al.*, 2011; Villas Boas, 2014), acentua que “[...] o contexto violento se torna algo naturalizado na família, seja quando o indivíduo é vítima direta ou nos casos em que testemunha a violência interparental” (Costa *et al.*, 2018, p. 412). Dessa forma, mesmo a criança não sendo violentada diretamente, o convívio em contextos conjugais ou familiares conflituosos acaba trazendo impactos e contribuindo para a replicação dos mesmos comportamentos.

No que tange ao artigo **“Promoção dos direitos das crianças e prevenção de maus tratos infantis”** (Ferreira; Côrtes; Gontijo, 2019), os autores destacam que especialmente a violência física é comum ser naturalizada e legitimada pela sociedade, colocando o castigo físico como uma forma de impor limites e educar as crianças. O artigo acentua ainda que,

Segundo dados da OMS, os pais utilizam distintas formas de violência corporal contra seus filhos. Em Recife, estudo aponta que 50% das 2.112 crianças entrevistadas foram disciplinadas por meio de castigos corporais, indicando a aceitabilidade cultural desse tipo de violência (Ferreira; Côrtes; Gontijo, 2019, p. 4005).

Haja vista, é possível compreender que educação e uso de violência ainda estão correlacionados como pontos inseparáveis para que se alcance os objetivos desejados no ambiente familiar. Mesmo com as possibilidades de estilos parentais apresentados no segundo capítulo deste trabalho, a educação coercitiva e impositiva ainda se mostra prevalente na sociedade, reforçando ainda mais os impactos da naturalização dos castigos como forma de disciplinar.

4.4.3 *Cuidador e agressor na mesma pessoa: infância, violência e ambivalência*

Segundo Pratta e Santos (2007), é no interior do seio familiar que o indivíduo cultiva seus primeiros relacionamentos interpessoais com pessoas significativas, estabelecendo trocas emocionais que funcionam como um suporte afetivo importante quando indivíduos atingem a idade adulta e, que são essenciais para a aquisição de condições centrais para cada etapa do desenvolvimento psicológico.

Com isso, é possível considerar que a família é o principal campo para as transmissões de comportamentos, pois é nela que se configuram os primeiros modelos de crenças e valores que o indivíduo adquire, significando o “certo” e o “errado” a partir da vivência grupal. De forma geral, torna-se perceptível que a violência é facilmente disseminada nas camadas sociais, visto que, os comportamentos adquiridos em uma tradição familiar são absorvidos como atos necessários e normais para criação de um indivíduo “correto”.

Nasce-se com a necessidade de segurança física e emocional, para que o cérebro encontre tranquilidade e confiança e possa focar, aprender e se desenvolver. Essa segurança é especialmente importante no ambiente familiar. Segundo Abrahão (2022), a criança que vive com pais que brigam, castigam, gritam e ameaçam não se encontra em segurança, mas sim, em estado de alerta e hipervigilância, o que impacta em seu comportamento, sono, apetite e até mesmo em seu aprendizado.

Abrahão (2022) enfatiza ainda que crianças que precisam se proteger e se defender de quem elas esperam amor, cuidados, proteção, segurança e um direcionamento empático, vivem tensas e angustiadas com o peso de terem que estar sempre em alerta. Com isso, o infante inserido em sistemas familiares violentos poderá adentrar em sentimentos negativos, como revolta, humilhação, tristezas e mágoas que refletem na idade adulta.

A violência intrafamiliar foi por muito tempo considerada como um problema privado, sendo intitulada “violência doméstica” e consolidando, dessa forma, o caráter íntimo na qual a violência foi adotada por muitas décadas. Atualmente, a violência intrafamiliar pode ser

considerada como um problema social grave que precisa ser estudado em diferentes áreas do conhecimento. Sua recorrência e persistência ao longo dos anos a tornou “normal” dentro da realidade de muitas crianças, passando de geração em geração o padrão de vida violento assimilado. Não à toa,

A prática da violência como forma de disciplina gera exatamente isto: indivíduos instáveis, carentes, desconfiados, inseguros e o que pode ser ainda pior, que confundem amor com violência ou aceitam que a violência também seja uma manifestação do amor (Sena; Mortensen, 2014, p. 34).

Ademais, a criança violentada em sua própria casa, local onde supostamente estaria protegida da violência, fica exposta a uma situação de grande desamparo. O fato de conviver com seu agressor e enfrentar o pacto do silêncio, que costuma envolver as pessoas mais próximas, pode ser extremamente nocivo à criança. Nesse tipo de situação, estilos parentais disfuncionais ou mesmo redes de apoio ineficazes, podem ser considerados fatores de risco para a criança e podem apresentar consequências consideravelmente prejudiciais ao seu desenvolvimento a curto e a longo prazo.

Sob este prisma, no artigo **“Experiências na família de origem que repercutem no clima familiar dos descendentes”** (Costa *et al.*, 2018), foi possível identificar nitidamente a questão da ambivalência nos casos de violência infantil, ressaltando especialmente a violência sexual, ao destacar que:

[...] a vivência de abuso sexual na infância gera sentimentos de ambivalência, já que os responsáveis por proporcionar afeto e proteção são as mesmas pessoas que abusam. Como consequência, os indivíduos adultos constituem famílias onde se repetem padrões ambivalentes (Costa *et al.*, 2018, p. 419).

No artigo **“Promoção dos direitos das crianças e prevenção de maus tratos infantis”** (Ferreira; Côrtes; Gontijo, 2019), os autores destacam que “cotidianamente, crianças são vitimadas. O domicílio, considerado socialmente como ambiente de proteção, segurança e afeto, passa a ser cenário de agressão” (Ferreira; Côrtes; Gontijo, 2019, p. 3998), reforçando o caráter ambíguo da violência intrafamiliar contra crianças, tornando-a um problema de múltiplas facetas e de grande complexidade não só para o contexto dos infantes vitimados, mas para diversas esferas de responsabilidade do Estado e da sociedade civil de modo geral.

A partir disso, cabe refletir sobre o quanto esta ambiguidade pode dificultar no processo de denúncia e na aplicação de medidas de proteção. Sabe-se que a permanência em contextos familiares violentos, como evidenciado na subcategoria **Implicações Multidimensionais de vivências violentas na infância**, pode desencadear inúmeras

complicações biopsicossociais, de modo que a falta de celeridade na intervenção e na resolução de casos dessa natureza pode resultar em agravamentos e maiores prejuízos.

Contudo, mesmo identificando que se está em situação de desconforto e maus tratos, muitas crianças podem se sentir confusas e receosas em denunciar seus genitores ou responsáveis, acabando por naturalizar padrões comportamentais violentos, como na subcategoria **Naturalização da violência infantil como forma de educar**, e perpetuar este ciclo em futuras gerações, como aprofundado na subcategoria **Ciclo da violência intrafamiliar na infância**.

Logo, a violência infantil em contexto intrafamiliar, conforme destacado por Ferreira, Côrtes e Gontijo (2019), acaba sendo agravado justamente pelo pacto do silêncio que comumente acontece em esfera privada, assim como pela cultura adultocêntrica, de dominação do adulto sobre a criança. No entanto, para facilitar no processo de denúncia e possibilitar que cada vez menos crianças sejam vitimadas, Ferreira, Côrtes e Gontijo (2019) apontam ainda para a possibilidade de notificação compulsória⁵, compreendendo o papel de cada instituição em casos de violência infantil e pensando numa abordagem intersetorial. Dessa forma,

Os serviços de saúde e as instituições escolares podem ser os primeiros a identificarem sinais de maus tratos e, portanto, atuarem como Unidades Sentinelas. A notificação compulsória da violência deve ser compreendida como um instrumento de garantia de direitos e proteção social, por possibilitar a identificação de casos concretos de violação. Permite, ainda, aos profissionais das áreas de saúde, educação, assistência social, conselhos tutelares e ao Poder Judiciário adotarem medidas intersetoriais mais efetivas de cuidado às vítimas (Ferreira; Côrtes; Gontijo, 2019, p. 3998).

Já no artigo **“Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores”** (Barros; Freitas, 2015), os autores apresentam a perspectiva de ambivalência afetiva mesmo em crianças que não tenham sido diretamente violentadas, mas que de alguma forma já presenciaram situações de maus tratos entre os demais membros de sua família, o que pode ser tão nocivo quanto. Por este prisma, o artigo acentuou que:

Em outro estudo, que discutiu o sofrimento psíquico de um menino de 11 anos, testemunha ocular do abuso sexual da irmã de 10 anos perpetrado pelo pai (Cantelmo; Matta, Costa & Paiva, 2010), identificou-se, por exemplo, que este menino, vítima secundária do abuso sexual, passou a manifestar sentimentos ambivalentes de amor e ódio pelo pai, bem como mágoa e tristeza pelo rompimento da união familiar que fora abalada pela revelação desse abuso (Barros; Freitas, 2015, p. 106-107).

⁵ Desde 2011, com a portaria nº 104, a notificação dos casos de violência doméstica, sexual e de outros tipos de violência passou a ser obrigatória em todos os serviços públicos e privados do Brasil.

Indiscutivelmente, o efeito do ambiente no desenvolvimento infantil não pode ser subestimado. Conforme destacado por Abrahão (2022), as primeiras experiências impactam o desenvolvimento da arquitetura cerebral, que fornece a base para o aprendizado, comportamento e saúde futura. Bryson e Siegel (2015) colocam que a experiência é capaz de modificar a estrutura cerebral do indivíduo, ou seja, de forma saudável ou adoecida, as vivências familiares são capazes de programar e reprogramar a estrutura cerebral de uma criança modificando sua percepção.

Sob esse prisma, é possível afirmar que a criança, quando está inserida em um ambiente inseguro e cheio de agressões, certamente será impactada negativamente com comportamentos ansiosos, inseguros e defensivos em busca da sobrevivência. Além disso, crianças em situações como essas, passam a ter a sua constituição psíquica enviesada pela contradição de receber maus tratos de quem esperava receber amor e proteção.

Chegando na etapa de finalização deste trabalho, serão apresentadas as considerações finais, levando em conta os resultados desta pesquisa e as impressões das pesquisadoras diante das informações adquiridas e elencadas. Com isso, serão retomados os principais elementos deste trabalho, abordando desde o problema da pesquisa, objetivos, suporte teórico até as principais reflexões acerca das implicações da violência intrafamiliar infantil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como discussão central a questão da violência intrafamiliar infantil e suas respectivas consequências para o desenvolvimento, tendo como referencial teórico os autores Daniel J. Siegel (2015); Tina Payne Bryson (2015) e Telma Abrahão (2022), que foram fontes de embasamento e sustentação para as reflexões durante a construção deste trabalho.

Definiu-se como objetivo geral compreender e explicar como o desenvolvimento infantil é impactado pela violência intrafamiliar. Para isso, delimitou-se um caminho através de alguns objetivos específicos: categorizar as implicações da violência intrafamiliar na infância; relacionar os padrões parentais/comportamentais em contextos violentos e não violentos; além de analisar como o desenvolvimento infantil é impactado pela violência intrafamiliar, a partir da produção bibliográfica especializada.

Para tanto, estruturou-se esta pesquisa em três capítulos. No primeiro deles, se abordou alguns conceitos sobre o desenvolvimento humano e algumas especificidades do desenvolvimento infantil, buscando trazer também como a violência na infância, em caráter intrafamiliar, pode desencadear em complicações e prejuízos para a qualidade de vida dos infantes, a depender do contexto e das experiências vivenciadas.

No segundo capítulo, se elencou algumas considerações sobre família e sociedade. Foi apresentado também diferentes tipos de estilos familiares e suas respectivas implicações para o desenvolvimento infantil. Ainda neste capítulo, foi possível tecer reflexões acerca da naturalização e do ciclo da violência, tornando-se uma característica transgeracional.

No terceiro e último capítulo, foram descritos os procedimentos metodológicos da pesquisa, desde o processo de busca, filtragem e seleção dos artigos, até os próprios resultados encontrados e que foram analisados. Neste capítulo, se apresentou as categorias e subcategorias de análise, fazendo correlações entre o material analisado, o referencial teórico e as discussões dos capítulos anteriores.

Uma das categorias de análise que se estruturou foi: diversidade de fatores e sintomas da violência intrafamiliar na infância. Nesta categoria, foram citadas as seguintes subcategorias: implicações multidimensionais de vivências violentas na infância e influências das redes de apoio para crianças em situação de violência intrafamiliar. Já como segunda e última categoria de análise, foi determinada a seguinte: transgeracionalidade da violência infantil em caráter intrafamiliar. Como subcategorias se definiu: ciclo da violência intrafamiliar na infância; naturalização da violência infantil como forma de educar; além de

cuidador e agressor na mesma pessoa: infância, violência e ambivalência. A partir disso, foi possível trazer as considerações das pesquisadoras acerca dos artigos analisados com base nos referenciais teóricos que deram embasamento a esta escrita.

No percurso da realização dessa pesquisa, foi enfatizado que esses objetivos foram alcançados e, dessa forma, constatou-se que a violência intrafamiliar infantil acarreta consequências que irão impactar o desenvolvimento da criança a curto, médio e a longo prazo. Para a realização desse trabalho, inicialmente, foi traçada uma breve conceituação sobre a violência intrafamiliar e suas diferentes manifestações, a partir da visão de alguns dos principais autores que discutem a respeito desse tema. Nesse momento, foi possível refletir sobre algumas concepções importantes para o entendimento desse estudo, como, por exemplo, a quebra da suposição de que o lar representa um lugar de segurança para todas as crianças, bem como os tipos de violência e sua influência na forma de se vivenciar a infância.

Após a realização das nossas análises, chegou-se a alguns resultados, dentre eles o de que, crianças que vivenciam longos períodos de violência, tendem a apresentar diversos comprometimentos em seu desenvolvimento biopsicossocial. Foi possível visualizar também que diversas crenças e costumes religiosos vigentes em determinados contextos históricos, impuseram às crianças inúmeras formas de maus tratos e, com isso, certificou-se que o modelo de família construído socialmente, a partir de determinadas crenças, acabam resultando em algumas situações que podem ser caracterizadas como violência. Tais situações corroboram em grande proporção para que consequências negativas em diversos aspectos, sejam físicos, emocionais, psicológicos ou sociais, venham a impactar a vida dos infantes no momento em que são violentados, mas também por todo o decorrer de suas vidas.

No que diz respeito às estratégias utilizadas para diminuir os impactos da invisibilidade da violência intrafamiliar, enfatizou-se que o respeito à criança e a garantia de seus direitos enquanto cidadã perpassa por questões que vão além da não utilização de castigos físicos. Muitas vezes são usados castigos de formas silenciosas, com alto grau de violência psíquica, em nome da manutenção de costumes e bons hábitos, arraigados em determinadas sociedades.

Em meio às discussões, ressaltou-se ainda a importância dos profissionais da saúde, principalmente os da Psicologia, como sendo essenciais diante das novas demandas que surgiram com o decorrer das pesquisas realizadas na área. Com isso, vale considerar que pode haver ressignificação e qualidade de vida para crianças violentadas ou que passaram por

algum trauma, tornando-se contundente que profissionais que lidam com crianças estejam inteirados a temáticas como esta.

Em consonância, para profissionais da psicologia, a necessidade de conhecimento sobre o tema se faz ainda mais indispensável, tendo em vista os próprios preceitos regidos pelo Código de Ética da profissão, apontando para a responsabilidade de promoção de saúde e eliminação de quaisquer tipos de violências. Isto não se resume ao atendimento clínico psicológico, mas na perspectiva de uma clínica ampliada e da quebra de padrões dentro da própria psicologia, reverberando uma atuação capacitada nos mais diversos espaços em que se possa lidar com crianças, como nas escolas e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), por exemplo.

Por esta vertente, a notificação compulsória também se apresenta como um importante mecanismo de combate à violência e de proteção das crianças e adolescentes nos mais diversos setores, públicos ou privados, a que passarem. De forma intersetorial, os espaços de saúde, educação, assistência social e de esfera jurídica, podem corroborar com a identificação de maus tratos e com a diminuição dos efeitos adversos que a violência pode ocasionar para o sujeito em desenvolvimento, quanto com a redução do índice, ou seja, dos casos.

Outro ponto que passível de destaque diz respeito à necessidade de psicoeducação sobre o tema, que também é de muita valia para sociedade de modo geral, uma vez que o conhecimento sobre os tipos de violências e suas consequências expandem as possibilidades de prevenção, proteção, assim como a aplicação de medidas legais, passando a ressignificar a forma como as crianças são tratadas no meio familiar e social.

Chegando ao fim dessa pesquisa, entende-se sua relevância, principalmente por se tratar de um tema com total influência sobre as gerações da nossa sociedade, capaz de modificar os hábitos da vida de muitas famílias, inclusive daquelas que vivenciaram processos de violência e por consequência acabam dando continuidade a este ciclo.

Acredita-se que esse estudo é importante tanto para estudantes quanto para profissionais da Psicologia e das demais áreas da saúde, além da população em geral, levando em conta que se configura como um material que proporciona uma reflexão importante acerca dos principais aspectos da violência intrafamiliar infantil e dos seus desdobramentos diversos contextos, podendo também ser um ponto de partida para discussões enriquecedoras e um meio de consulta de informações sobre o tema.

Assim, espera-se que este trabalho possa auxiliar a todos aqueles que tenham interesse de se aprofundar mais no estudo desse assunto. Menciona-se ainda que essa pesquisa possa

colaborar com a prática de ações interventivas que vão desde o acompanhamento do processo de identificação da violência até a assistência na elaboração do evento traumático. Dessa forma, esse trabalho pode incentivar reflexões acerca do tema aqui abordado, facilitando a compreensão dos profissionais que lidam diretamente com as implicações da violência em ambientes familiares.

Em síntese, reitera-se que tudo que foi apresentado nessa pesquisa enfatiza as especificidades que ocorrem no processo de vivência da violência intrafamiliar infantil, evidenciando a necessidade das vítimas de receber suporte e atenção por parte da sua rede de apoio e dos profissionais da saúde, principalmente os da Psicologia, por ser uma área que, a partir dos seus conhecimentos teóricos, pode contribuir através do uso de suas técnicas e recursos.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Telma. **Educar é um ato de amor, mas também é ciência**: entenda a neurociência por trás dos desafios na relação entre pais e filhos. São Paulo: Literare Books International, 2022.
- ARAÚJO, Manoel Vale de. **Violência contra crianças e adolescentes no arquipélago do Marajó no Pará no período de 2017 a 2020**. 2022. 114 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) — Universidade Federal do Pará, Belém - Pará, 2022.
- ASSIS, Diana Cavalcante Miranda de; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; FORNASIER, Rafael Cerqueira. Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner: a influência dos processos proximais no desenvolvimento social das crianças. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e582101019263, 20 ago. 2021.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Infância e Violência Doméstica**: fronteiras do conhecimento. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARROS, Amailson Sandro de; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. **Pensando Famílias**, v. 19, n. 2, p. 102-114, dez. 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 105/2019. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.
- _____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- _____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 104, de 11 de janeiro de 2011**. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.
- CARDOSO, Jordana; VERÍSSIMO, Manuela. Estilos parentais e relações de vinculação. **Análise psicológica**, v. 31, n. 4, p. 393-406, 2013.
- CARVALHO-BARRETO, André De; VIDAL, Andréa Alexandre; BUCHER-MALUSCHKE, Julia Sursis Nobre Ferro. Agressor sexual na dinâmica relacional da família: um estudo de caso. *In*: BUCHER-MALUSCHKE, Julia Sursis Nobre Ferro; MALUSCHKE, Gunther; HERMANNNS, Karl Friedrich (org.). **Direitos humanos e violência**: desafios da ciência e da prática. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 197-212.
- CASTRO, Michele G. Bredel de. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções. *In*: Seminário do 16º COLE, 13., 2010, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: UFF, 2010. 11 p.
- CARLOS, Thaís Rodrigues. **Intervenção Estatal no Direito de Família: Análise Jurídico-Social**. 2016. 65 p. Monografia (Curso de Direito) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Paraíba, 2016.

COELHO, Luana; PISONI, Silene. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista e - Ped – FACOS / CNEC Osório**, v. 2, n. 1, p. 144-152, ago. 2012.

CORREIA, João Victor de Paula. **Violência Infantil**: o perfil epidemiológico no Brasil a partir de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Dissertação de mestrado (Mestrado em Odontologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

COSTA, Ramona Daniela Bernardo *et al.* Experiências na família de origem que repercutem no clima familiar dos descendentes. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 408-425, 31 dez. 2018.

DAY, Vivian Peres *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, supl. 1, p. 9-21, abr. 2003.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DIAS, Débora. A violência intrafamiliar infantil e suas consequências. *In*: PORTAL Comporte-se. 20 nov. 2013. Disponível em: https://comportese.com/2013/11/20/a-violencia-intrafamiliar-infantil-e-suas-consequencias/#google_vignette. Acesso em: 16 maio 2023.

EIGENMANN, Maya. **A raiva não educa**: a calma educa. São Paulo: Astral Cultural, 2022.

FERREIRA, Cleiciara Lúcia Silva; CÔRTEZ, Maria Conceição J. Werneck; GONTIJO, Eliane Dias. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 11, p. 3997-4008, nov. 2019.

GARCIA, Valéria Arruda Portilho. **A importância do insight na abordagem centrada na pessoa**. 2015. 61 p. Monografia (Graduação em Psicologia) — Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMIDE, Paula Inez Cunha; SAMPAIO, Izabela Tissot Antunes. Inventário de estilos parentais: modelo teórico: manual de aplicação. **Psicologia Argumento**, v. 25, n. 48, p. 15-26, 2007.

HERMEL, Júlia Schneider; DREHMER, Luciana Balestrin Redivo. Repercussões da violência intrafamiliar: um estudo com mulheres em acompanhamento psicológico. **Psicologia Argumento**, v. 31, n. 74, p. 437-446, set. 2013.

HILDEBRAND, Natália Amaral *et al.* Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 2, p. 213-221, jun. 2015.

LIBARDI, Suzana. Quando e como a proteção da infância é um valor para os adultos. **Desidades**, n. 4, p. 51-61, 2016.

LINS, Zoraide Margaret Bezerra *et al.* O papel dos pais e as influências externas na educação dos filhos. **Revista da SPAGESP**, v. 16, n. 1, p. 43-59, 2015.

MACARINI, Samira Maffioletti. Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 62, n. 1, 2010.

MANTOVANI, Mariangela. **Quando é necessário dizer não**: a dinâmica das emoções na relação entre pais e filhos. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

MARGUILHO, Miriam Garrido. **Experiências adversas da infância e o seu impacto na saúde do adulto**. 2017. Trabalho Final do Curso (Mestrado Integrado em Medicina) — Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MIURA, Paula Orchiucci *et al.* Violência doméstica ou violência intrafamiliar: análise dos termos. Recife: **Psicologia & Sociedade**, 2018.

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 871-880, mar. 2016.

PALACIOS, Jesus. Psicologia evolutiva: conceitos, enfoques, controvérsias e métodos. *In*: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia evolutiva. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2007. p. 13-54.

PEREIRA, Carla Fabiana Lima *et al.* Resiliência um artifício para superação da transmissão transgeracional da violência intrafamiliar. **Revista Projetos Extensionistas**, v. 2, n. 1, 2022.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 2, p. 247-256, ago. 2007.

PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBAS, Adriana F. Paes; MOURA, Maria Lucia Seidl de. Responsividade materna e teoria do apego: uma discussão crítica do papel de estudos transculturais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 3, p. 315-322, 2004.

ROSENBERG, Marshall Bertram. **Criar filhos compassivamente**: maternagem e paternagem na perspectiva da comunicação não violenta. São Paulo: Palas Athena, 2019.

SANTOS, Elisama. **Educação não violenta**: como estimular autoestima, autonomia, autodisciplina e resiliência em você e nas crianças. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

SENA, Lúgia Moreiras; MORTENSEN, Andréia C. K. **Educar sem violência**: criando filhos sem palmadas. 1. ed. São Paulo: Papirus 7 Mares, 2014.

SIEGEL, Daniel J.; BRYSON, Tina Payne. **O Cérebro da Criança**: 12 estratégias revolucionárias para nutrir a mente em desenvolvimento do seu filho e ajudar sua família a prosperar. São Paulo: nVersos, 2015.

SIEGEL, Daniel J.; HARTZELL, Mary. **Parentalidade consciente**: como o autoconhecimento nos ajuda a criar nossos filhos. São Paulo: nVersos, 2020.

SILVA, Mara Regina Santos da; ELSEN, Ingrid; LACHARITÉ, Carl. Resiliência: concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 13, n. 26, p. 147-156, dez. 2003.

SILVA, Paula de Almeida e.; MÓNICO, Lisete dos Santos Mendes. **Estilos educativos parentais, vinculação e esquemas mal adaptativos precoces**. Paraná: Atena Editora, 2021.

SILVA, Sílvia. **Papel parental em perturbações do comportamento infantil**. 2008. 32 p. Monografia (Licenciatura de Psicologia Clínica) — Instituto Superior de Psicologia Aplicada - ISPA, Portugal, 2008.

SOUZA, Taynara Cristina de. A transgeracionalidade em casos de violação de direitos. **Revista Saúde em Foco**, n. 10, p. 31-41, 2018.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

TRINDADE, Adalberto de Araújo; HOHENDORFF, Jean Von. Efetivação da Lei Menino Bernardo pelas redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 10, 2020.